

Ana Clara Gonçalves de Melim



**Perceção de (In)Segurança e Ligação à Comunidade – Um Estudo Desenvolvido no
Funchal**

**Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**

Porto, 2023

Ana Clara Gonçalves de Melim



**Perceção de (In)Segurança e Ligação à Comunidade – Um Estudo Desenvolvido no
Funchal**

**Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**

Porto, 2023

Ana Clara Gonçalves de Melim



Perceção de (In)Segurança e Ligação à Comunidade – Um Estudo Desenvolvido no Funchal

(Ana Clara Gonçalves de Melim)

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Criminologia, sob orientação científica da Professora Doutora Laura M. Nunes.

Porto, 2023

Resumo

Conhecer a percepção de segurança e/ou insegurança da população, e a ligação desta à sua comunidade de pertença, contribui para o desenvolvimento de programas de prevenção criminal. Este estudo versa sobre a percepção de (in)segurança da população residente, trabalhadora e estudantil da cidade do Funchal, atendendo também ao seu envolvimento comunitário, e foi realizado no contexto do Observatório Permanente de Violência e Crime (OPVC) da Universidade Fernando Pessoa (UFP), num protocolo com a Câmara Municipal do Funchal (CMF) e com a Polícia de Segurança Pública (PSP) do Funchal. De metodologia mista, a pesquisa segue um desenho exploratório/descritivo, transversal e observacional, recorrendo ao questionário. Os objetivos foram conhecer mais profundamente o que tem vindo a ser estudado e teorizado a respeito das questões da segurança urbana localizada, e conhecer em profundidade a percepção de segurança e/ou insegurança da população do Funchal, bem como o seu envolvimento comunitário. A amostra constou de 1000 participantes, de ambos os sexos, residentes, trabalhadores ou estudantes no Funchal, com idades compreendidas entre os 18 e os 85 anos ($M=45.72$; $D-P=16.64$). Os resultados, entre outros, evidenciaram uma percepção de segurança da população (83.3%), com a grande maioria dos participantes a referir uma forte ligação (45.1%) ao local. Conclui-se que, um maior envolvimento comunitário contribui para uma maior percepção de segurança. Realça-se a necessidade de se realizarem mais estudos, antes e após a implementação de programas de prevenção criminal.

Palavras-chave: Percepção de segurança; Envolvimento comunitário; Crime; Policiamento.

Abstract

Knowing the population's perception of security or insecurity, as well as people's connection to their community, contributes to the development of criminal prevention programs. This study regards the perception of security and insecurity of the resident, working, and student population of the city of Funchal, as well as their community involvement, and was produced within the Permanent Observatory for Violence and Crime of the Fernando Pessoa University, in the context of a protocol with the Funchal City Hall and the Public Security Police of Funchal. With a mixed methodology, this study follows an exploratory, descriptive, observatory and cross-sectional design. We aimed to deepen the current understanding regarding the matters of localized urban security and its perception among the population of Funchal, as well as their community involvement. Our sample comprised 1000 participants, of both genders, who resided, worked, or studied in Funchal, between the ages of 18 and 85 (Mean: 45.72; Standard Deviation: 16.64). Results revealed that a majority (83.3%) of people perceived the city as secure, and 45.1% stated that they felt a strong connection to it. We concluded that greater community involvement contributes to a stronger perception of security. We emphasize the need for more studies, before and after the implementation of criminal prevention programs.

Keywords: Safety Perception; Community Involvement; Crime; Policing.

Dedicatória

A quem sempre acreditou em mim.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Universidade Fernando Pessoa (UFP), por estes cinco anos incríveis, onde pude crescer, aprender e ser muito feliz.

Agradecer ao Observatório Permanente de Violência e Crime (OPVC), pelas oportunidades que me proporcionou, tanto na minha licenciatura, como no mestrado. Sem o OPVC não seria possível a realização desta dissertação.

À professora Doutora Laura M. Nunes, pelo apoio, motivação e força incansável que me deu ao longo deste ano. Obrigada por sempre acreditar em mim e por valorizar as minhas capacidades. Foi uma honra ser sua orientanda (por duas vezes), e poder aprender muito consigo.

Aos meus amigos, aos de sempre e aos mais recentes, por todo o apoio que me deram ao longo do meu percurso académico. E, sobretudo, obrigada por me fazerem ser mais feliz, estarão sempre no meu coração.

À Catarina e à Joana, por terem sido as melhores colegas-amigas que poderia pedir. Este percurso foi tão mais bonito com vocês. Guardarei com muito carinho todas as memórias que fiz convosco.

À Sara, por toda a ajuda que me deu neste último ano. Obrigada por me ajudares a tornar o meu sonho realidade. Obrigada também por todas as bonitas memórias que criamos juntas ao longo destes anos.

Agradecer à Alice que, mesmo a quilómetros de distância, sempre esteve muito presente. Obrigada por me motivares e por estares comigo (longe, mas perto) quando eu mais precisei.

A toda a minha família, por todo o carinho e orgulho que me demonstraram ao longo deste percurso.

À minha irmã, Ema, por, sobretudo, ter estado presente. Sem ti, eu não seria a pessoa que hoje sou. Cresci a ter-te como exemplo, e que grande exemplo foste.

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer aos meus pais, Carminho e Vasco, por sempre me apoiarem em tudo, acreditarem em mim, e me permitirem realizar os meus sonhos. Sem vocês eu não poderia sonhar tão alto.

Índice

Resumo	V
Abstract.....	VI
Dedicatória.....	VII
Agradecimentos	VIII
Lista de Abreviaturas.....	X
Índice de Figuras	X
Índice de Tabelas	X
Introdução Geral.....	1
Parte I – Perceção de (In)Segurança e Ligação à Comunidade: Revisão Sistemática	3
1.1. Nota Introdutória da Parte I.....	3
1.2. Método.....	4
1.2.1. Estratégia de Pesquisa	4
1.2.2. Critérios de Seleção dos Estudos.....	7
1.2.2.1. Critérios de Inclusão	7
1.2.2.2. Critérios de Exclusão.....	7
1.2.3. Análise da qualidade dos artigos	9
1.3. Resultados.....	12
1.4. Discussão	35
Parte II – Perceção de (In)Segurança e Ligação à Comunidade: Estudo Empírico	39
2.1. Nota Introdutória da Parte II.....	39
2.2. Caracterização do Funchal - Madeira.....	40
2.3. Método e Metodologia.....	41
2.3.1. Instrumento	41
2.3.2. Procedimento	42
2.3.3. Caracterização da amostra	43

2.4. Resultados.....	46
2.4.1. Percepção de (In)Segurança	47
2.4.2. Participação Comunitária	53
2.5. Discussão.....	58
2.6. Conclusão	64
Referências	68

Lista de Abreviaturas

CMF – Câmara Municipal do Funchal

DLS – Diagnóstico Local de Segurança

OPVC – Observatório Permanente de Violência e Crime

PSP – Polícia de Segurança Pública

RAM – Região autónoma da Madeira

UFP – Universidade Fernando Pessoa

Índice de Figuras

Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos artigos.....	8
---	---

Índice de Tabelas

Tabela 1. Avaliação da qualidade dos artigos.....	10
Tabela 2. Síntese da análise dos artigos selecionados para a revisão sistemática.....	24
Tabela 3. Distribuição por frequência quanto ao sexo.....	43
Tabela 4. Distribuição por frequência quanto à idade por intervalos.....	43
Tabela 5. Distribuição por frequência quanto à nacionalidade.....	44
Tabela 6. Distribuição por frequência quanto ao estado civil.....	44
Tabela 7. Distribuição por frequência quanto ao nível de escolaridade.....	45
Tabela 8. Distribuição por frequência quanto à situação ocupacional.....	45
Tabela 9. Distribuição por frequência quanto à freguesia.....	46
Tabela 10. Perceção de (In)Segurança na área de residência/trabalho/ensino.....	47
Tabela 11. Justificação da perceção de (In)Segurança.....	47
Tabela 12. Perceção da evolução da criminalidade.....	49
Tabela 13. Justificação da perceção da evolução da criminalidade.....	49
Tabela 14. Perceção dos crimes mais frequentes.....	50
Tabela 15. Perceção dos crimes mais temidos.....	51
Tabela 16. Perceção das condições apontadas como favorecedoras do crime.....	52

Tabela 17. Percepção das incivildades observadas.....	52
Tabela 18. Anos de residência/trabalho/ensino.....	53
Tabela 19. Mudanças percebidas para melhorar a qualidade de vida na área de residência/trabalho/ensino.....	54
Tabela 20. Mudanças percebidas para aumentar a segurança na área de residência/ trabalho/ensino.....	55
Tabela 21. Força de ligação com o local de residência/trabalho/ensino.....	56
Tabela 22. Justificação da força de ligação ao local de residência/trabalho/ensino.....	57

Introdução Geral

O presente trabalho versa sobre a perceção de (in)segurança da população que circula diariamente na cidade do Funchal, nomeadamente, residentes, trabalhadores e estudantes, tal como sobre a sua ligação à comunidade e envolvimento na mesma. O estudo alude a uma avaliação da segurança no Funchal, mediante uma investigação realizada através de uma parceria entre o Observatório Permanente de Violência e Crime (OPVC) da Universidade Fernando Pessoa (UFP), a Câmara Municipal do Funchal (CMF) e o Comando da Polícia de Segurança Pública (PSP) do Funchal.

A segurança tem um grande impacto no dia-a-dia dos seus cidadãos, dado que viver sem violência, medo, crime e intimidação, melhora a qualidade de vida daqueles (Ministério da Administração Interna, 2009). Sendo a segurança nas cidades e, por sua vez, dos seus cidadãos, vista como um direito básico e essencial para a comunidade em geral, deverá ser assegurada pelo Estado, através de financiamento ou da criação de programas e/ou políticas para a segurança urbana (Benevides et al., 2021; Plant e Scott, 2009; Recasens et al., 2013). Segundo Recasens et al. (2013), é fundamental entender quais os problemas de segurança que existem nas cidades para, então, ser possível avaliar a situação de cada localidade e, por fim, implementar estratégias e/ou políticas públicas de segurança e prevenção, para combater os problemas existentes. Um ambiente sustentável e de bem-estar, originado pela segurança e respetiva perceção, permite um bom desenvolvimento económico, educacional e habitacional, tal como uma eficiente prestação de serviços, que conjuntamente, diminui a pobreza e a exclusão social, assim como permite reduzir vários fatores de risco para a criminalidade (Benevides et al., 2021; Lees e Korsell, 2021; Ministério da Administração Interna, 2009; Plant e Scott, 2009).

Sendo os resultados da prevenção criminal os mais proveitosos, essa deverá ser uma opção a privilegiar (Sani e Nunes, 2013a; Sutton et al., 2021). Uma prevenção ancorada em resultados decorrentes de uma análise científica a respeito do crime, com informações customizadas de cada cidade/local, permite uma maior eficácia e efetividade na gestão da segurança urbana (Farias et al., 2018), e da sua perceção por parte das populações locais. Assim, tendo em vista a perceção de segurança e o estabelecimento de laços e envolvimento com a comunidade, por parte de quem reside, estuda e trabalha numa

determinada comunidade, revela-se pertinente para a melhoria da qualidade de vida das populações e para o envolvimento das mesmas em termos de prevenção criminal.

O presente trabalho tem como um dos seus objetivos gerais conhecer mais profundamente o que tem vindo a ser estudado e teorizado a respeito das questões da segurança urbana localizada. Por outro lado, coloca-se também o objetivo geral de conhecer em profundidade a percepção de segurança e/ou insegurança da população do Funchal, bem como o seu envolvimento na comunidade. Essencial e especificamente, pretende-se: i) Compilar sistemática e organizadamente as publicações científicas referentes ao tema da (in)segurança; ii) Averiguar a existência de eventuais con/divergências entre crime temido e crime efetivamente ocorrente de acordo com a população local; iii) Identificar o sentimento de segurança e/ou insegurança destes cidadãos; iv) Identificar o laço estabelecido entre os cidadãos e a comunidade de pertença; v) Perceber se existe alguma ligação entre a percepção de segurança e/ou insegurança e o envolvimento comunitário.

Desta forma, procurar-se-á resposta para as seguintes questões centrais de investigação: i) Haverá alguma relação entre o sentimento de segurança e/ou insegurança e a criminalidade existente? ii) Encontrar-se-á alguma convergência entre o envolvimento dos cidadãos naquela comunidade e o sentimento de segurança e/ou insegurança? iii) Encontrar-se-á uma predominante existência de laços estabelecidos entre os inquiridos e a sua comunidade?

No sentido de apresentar este estudo, segue-se uma primeira parte com uma revisão sistemática da literatura, constituindo-se já como um texto com características de artigo científico de revisão teórica, referente ao tema em foco, integrando o método, a estratégia de pesquisa, os critérios de seleção dos artigos da literatura selecionada, a análise da qualidade dos artigos, os resultados e a discussão das considerações finais apontadas pela literatura consultada. Finalmente, apresenta-se uma segunda parte, com o estudo empírico propriamente dito, constituindo um segundo artigo cujo enquadramento teórico é assegurado pelo anterior, e onde se apresentarão a caracterização do Funchal, a metodologia e método, os resultados e as conclusões decorrentes do levantamento de dados no terreno.

Parte I – Percepção de (In)Segurança e Ligação à Comunidade: Revisão Sistemática

1.1. Nota Introdutória da Parte I

Uma revisão sistemática da literatura é uma forma de pesquisa que tem como fonte de dados a literatura, desta forma, é possível reunir as ideias de diferentes autores sobre um determinado tema, através de métodos precisos e sistematizados de busca (Brizola e Fantin, 2016; De-la-Torre-Ugarte-Guanilo, Takahashi e Bertolozzi, 2011; Sampaio e Mancini, 2006). Assim sendo, a revisão sistemática tem o objetivo de juntar, avaliar criticamente e conduzir uma síntese dos resultados dos variados estudos primários (Cordeiro et al., 2007). Uma vez que as revisões sistemáticas resumem os resultados de diversos estudos originais sobre um certo tema, são, por norma, vistas como evidência de alta qualidade (Donato e Donato, 2019).

A sensação de (in)segurança experienciada pelos indivíduos, provém da interpretação, dos riscos ou perigos, efetuada numa situação concreta, dado origem a uma percepção de ameaça de violência específica (Recasens, 2016). O envolvimento dos cidadãos em programas para a segurança urbana, permite identificar mais facilmente os problemas existentes na sua comunidade (Ricardo e Caruso, 2007), permitindo assim, melhorar as condições existentes (Okunola e Amole, 2012).

A presente revisão sistemática tem como objetivo conhecer mais profundamente o que tem vindo a ser estudado e teorizado a respeito das questões da segurança urbana localizada, através da exploração do conhecimento antes adquirido e teorizado por diversos investigadores sobre a percepção de (in)segurança e o envolvimento comunitário. Particularmente, pretende-se: i) Compilar sistemática e organizadamente as publicações científicas referentes ao tema da (in)segurança.

Nesta parte do trabalho que aqui se descreve é apresentada a revisão sistemática da literatura sobre o tema da “Percepção de (In)Segurança e Ligação à Comunidade”, seguindo-se do método, da estratégia de pesquisa e critérios de seleção dos artigos, da análise da qualidade dos artigos, dos resultados e, finalmente, da discussão.

1.2. Método

A pesquisa para esta revisão sistemática da literatura foi realizada entre novembro de 2022 e março de 2023, tendo sido usadas as bases de dados/motor de busca B-On, EBSCO, Web of Science, PubMed e Google Scholar. A pesquisa foi feita em português, inglês e espanhol. Foram selecionados artigos de publicações feitas nos últimos dez anos, de modo a que os estudos fossem mais recentes, desta forma a pesquisa foi restringida ao período entre 2013 e 2023, sendo também um período de tempo muito utilizado por outros autores (Simões et al., 2021; Santos e Gomes, 2021; Hernández-Romero et al., 2019).

1.2.1. Estratégia de Pesquisa

Nas bases de dados B-On e EBSCO, a pesquisa foi feita com a seguinte expressão ou fórmula: TI (safety OR insecurity OR “safety perception” OR “insecurity perception” OR segurança OR insegurança OR “perceção de segurança” OR “perceção de insegurança” OR seguridad OR inseguridad OR “percepción de seguridad” OR “percepción de inseguridad”) AND AB (“feared crimes” OR “fear of crime” OR “existing criminality” OR “urban security” OR “community involvement” OR “community crime prevention” OR “safety in urban communities” OR “local safety audits” OR “local safety diagnostics” OR “crimes temidos” OR “medo do crime” OR “criminalidade existente” OR “segurança urbana” OR “envolvimento comunitário” OR “prevenção criminal comunitária” OR “segurança nas comunidades urbanas” OR “diagnóstico local de segurança” OR “dls” OR “delitos temidos” OR “miedo al crimen” OR “crimen existente” OR “seguridad urbana” OR “participación ciudadana” OR “prevención comunitária del crimen” OR “seguridad en comunidades urbanas” OR “diagnóstico de seguridad local”). A pesquisa na base de dados B-On, obteve, primeiramente, cerca de 609 resultados. Apenas foram incluídos nesta pesquisa artigos de revistas científicas (com revisão por pares) e de revistas académicas, tendo-se filtrado os resultados a fim de que estivessem na banda temporal de 2013 a 2023. Excluindo, desta forma, artigos duplicados e artigos/textos de relatórios, dissertações/teses, revistas não científicas, livros, entre outros. Após refinar a pesquisa, foram encontrados 211 resultados. A pesquisa na EBSCO obteve, num primeiro momento, cerca de 512 resultados. Depois de apenas incluir artigos de revistas

amplas, em inglês, não se conseguiu nenhum resultado. Assim sendo, não foi possível usar artigos desta base de dados para a presente revisão sistemática.

No motor de busca Google Scholar, foi necessário separar a expressão de pesquisa por língua, visto não ser possível fazer uma pesquisa com uma expressão ou fórmula de tal dimensão. Não foi possível optar por palavras-chave mais abrangentes, ou por uma expressão de pesquisa menor, pois resultaria em muitos resultados e, não sendo possível refinar mais a busca de artigos neste motor de busca, optou-se pelas seguintes expressões em português, inglês e espanhol, respetiva e separadamente:

(segurança OR insegurança OR “perceção de segurança” OR “perceção de insegurança”) AND (“crimes temidos” OR “medo do crime” OR “criminalidade existente” OR “segurança urbana” OR “envolvimento comunitário” OR “prevenção criminal comunitária” OR “segurança nas comunidades urbanas” OR “diagnóstico local de segurança” OR “dls”);

(safety OR insecurity OR "safety perception" OR "insecurity perception") AND ("feared crimes" OR "fear of crime" OR "existing criminality" OR "urban security" OR "community involvement" OR "community crime prevention" OR "safety in urban communities" OR "local safety audits" OR "local safety diagnostics");

(seguridad OR inseguridad OR “percepción de seguridad” OR “percepción de inseguridad”) AND (“delitos temidos” OR “miedo al crimen” OR “crimen existente” OR “seguridad urbana” OR “participación ciudadana” OR “prevención comunitária del crimen” OR “seguridad en comunidades urbanas” OR “diagnóstico de seguridad local”).

Através da pesquisa em português foram obtidos 5 390 resultados, 32 destes são artigos de revisão publicados entre 2013 e 2023. A pesquisa realizada em inglês obteve 23 500 resultados, sendo apenas 5 580 os artigos de revisão publicados no período de tempo definido. Apenas foi possível aceder a 995 artigos da pesquisa em inglês, pois o motor de busca não permitia avançar após a 50.^a página, sendo que, por cada página apareciam 20 artigos. Em espanhol, encontraram-se 16 700 resultados, dos quais 355 são artigos de revisão com data de publicação entre 2013 e 2023.

1.2.2. Critérios de Seleção dos Estudos

Os artigos foram analisados e elegidos conforme os critérios de inclusão e exclusão definidos, atendendo sempre ao objetivo da revisão sistemática, relativo ao tema da (in)segurança.

1.2.2.1. Critérios de Inclusão

Foram aplicados os seguintes critérios de inclusão: (1) Artigos publicados em revistas científicas; (2) Percepção de segurança ou insegurança; (3) Envolvimento comunitário.

1.2.2.2. Critérios de Exclusão

Foram usados os seguintes critérios de exclusão: (1) Artigos não publicados em revistas científicas ou textos não publicados, como teses e livros; (2) Artigos de revisão; (3) Artigos que não tivessem sido escritos em Português, Inglês ou Espanhol.

A figura 1 representa o processo de seleção de artigos realizada.

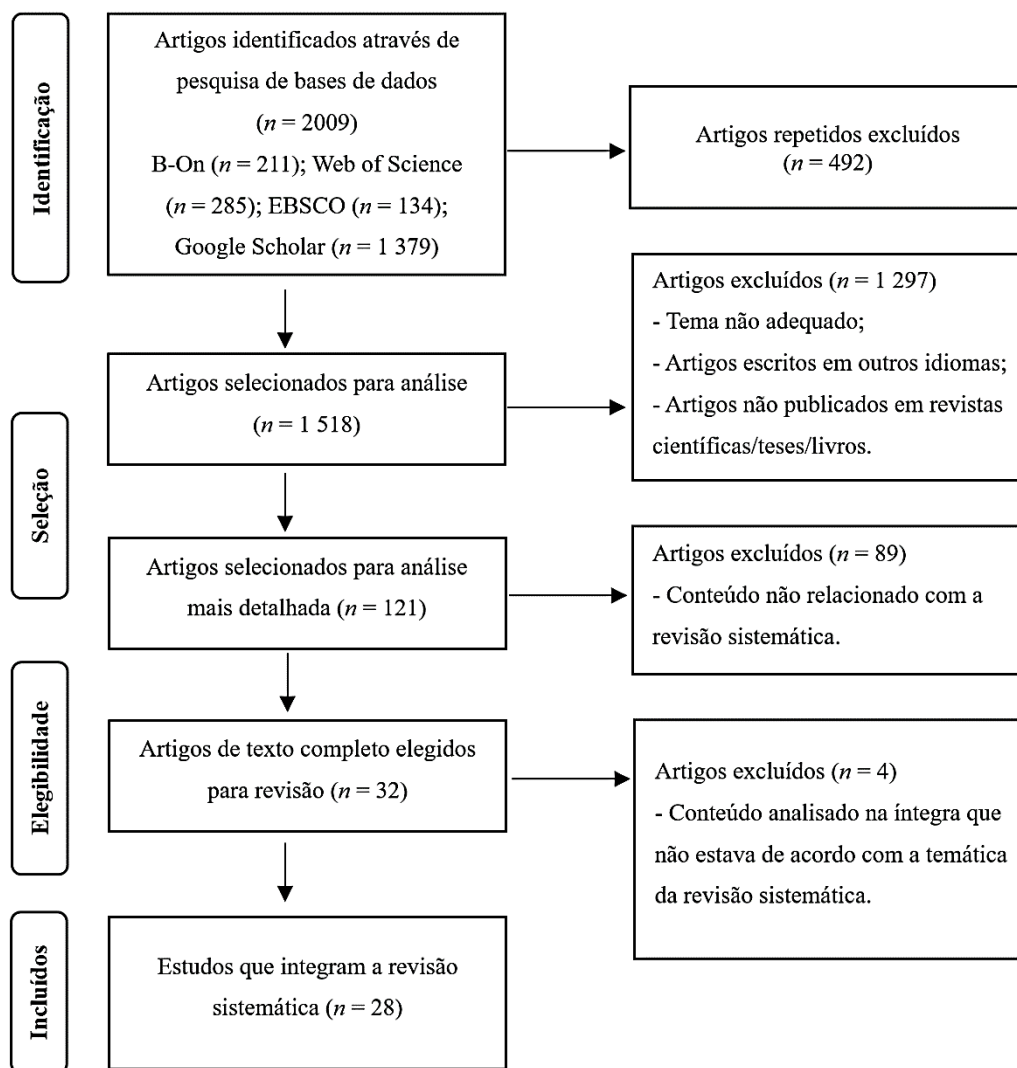


Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos artigos.

De modo a proceder à seleção dos artigos, iniciou-se pela leitura do título e do resumo dos mesmos. Nesta fase foram excluídos os artigos repetidos; os artigos cujo conteúdo não se enquadrava na temática da presente revisão sistemática; os artigos que não continham um título adequado a este tema; os artigos escritos noutros idiomas, que não os estabelecidos; os artigos que não foram publicados em revistas científicas e os textos não publicados, como teses e livros; tal como os artigos sem acesso ao seu conteúdo. Assim sendo, foram excluídos 1 889 artigos, dos quais 492 eram repetidos.

Na segunda fase, optou-se pela leitura parcial dos artigos, de modo a perceber se realmente se enquadravam no tema. Desta forma, foram excluídos 89 artigos. Na terceira e última fase foram selecionados 32 artigos para a revisão sistemática, nos quais 4 foram excluídos pelo seu conteúdo não estar de acordo com o tema desta revisão sistemática.

Posto isto, e terminada a seleção dos artigos, foram incluídos 28 estudos na presente revisão sistemática. Os artigos foram lidos de forma criteriosa e na sua íntegra. Os dados obtidos foram futuramente analisados.

Foram selecionados 28 estudos, nomeadamente: Allik e Kearns (2016); Britto (2013); Caliso et al. (2019); Choi e Lee (2016); Crespo e Freddy (2019); Ferretti et al. (2018); Focás (2021); Hinkle (2015); Layera et al. (2020); Leverentz et al. (2018); Lo et al. (2023); Martínez e Jang (2019); Martínez (2020); Nakamura e Shunsuke (2020); Narváez (2020); Nunes et al. (2018); Nunes et al. (2020); Plassa e Cunha (2016); Putrik et al. (2019); Ratnayake (2017); Reid et al. (2020); Reyes (2020); Sánchez (2017); Sánchez (2021); Sani e Nunes (2016); Temelová et al. (2014); Valente e Vacchiano (2020); e Valera e Guàrdia (2014).

1.2.3. Análise da qualidade dos artigos

A análise da qualidade dos artigos foi realizada através da *Checklist* elaborada em 2020 pelo PRISMA (Page et al., 2021). Realizou-se uma adaptação, tendo em vista os objetivos desta revisão sistemática, na qual, e por meio da análise dos artigos, foi feita uma avaliação da coerência e compreensão do conteúdo dos mesmos. Desta forma, foram incluídos 13 itens: Título (1); Resumo (2); Estado de Arte (3); Objetivos do estudo (4); Protocolo do Estudo (5); Critérios de elegibilidade (6); Fontes de informação (7); Critérios de inclusão/exclusão (8); Recolha da informação (9); Design do estudo (10); Principais medidas (11); Síntese dos principais resultados (12); Limitações do estudo (13).

Os artigos foram qualificados numa escala de Likert de 0 a 2, na qual 0 equivale a “Não reportado/Não especificado”, 1 corresponde a “Pouco claro/Relatado até um certo ponto” e, por fim, 2 representa “Adequadamente feito”.

A tabela 1 representa a avaliação da qualidade dos artigos.

Tabela 1.*Avaliação da qualidade dos artigos.*

Study ID	Item 1	Item 2	Item 3	Item 4	Item 5	Item 6	Item 7	Item 8	Item 9	Item 10	Item 11	Item 12	Item 13	Total Score
Allik e Kearns (2016)	0	2	2	1	1	2	2	0	2	2	2	2	2	20
Britto (2013)	0	1	2	0	2	2	2	0	1	2	2	2	2	18
Caliso et al. (2020)	0	2	2	0	2	2	2	0	2	1	2	2	0	17
Choi e Lee (2016)	0	1	2	2	2	2	2	0	0	2	2	2	1	18
Crespo e Freddy (2019)	0	1	2	0	2	1	2	2	2	2	2	1	0	17
Ferretti et al. (2018)	0	1	2	2	2	1	2	0	2	1	2	2	2	19
Focás (2021)	0	1	2	0	2	1	2	1	2	2	0	1	0	14
Hinkle (2015)	0	1	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	1	21
Layera et al. (2020)	0	0	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	0	20
Leverentz et al. (2018)	0	1	2	1	2	2	2	0	0	2	0	1	0	13
Lo et al. (2022)	0	1	2	2	2	1	2	1	2	2	2	2	2	21
Martínez e Jang (2019)	0	2	2	2	2	2	2	1	1	1	2	2	2	21
Martínez (2020)	0	2	2	2	2	1	2	1	2	1	2	0	1	18
Nakamura e Shunsuke (2020)	0	2	2	2	2	1	1	1	2	2	2	0	2	19
Narváez (2020)	2	0	2	2	1	1	1	1	2	1	2	2	0	17
Nunes et al. (2018)	0	2	2	2	2	1	2	1	1	2	2	2	1	20

Perceção de (In)Segurança e Ligação à Comunidade – Um Estudo Desenvolvido no Funchal

Nunes et al. (2020)	1	2	2	2	2	1	2	1	2	2	2	2	2	23
Plassa e Cunha (2016)	1	2	2	2	2	1	1	0	2	1	2	2	0	18
Putrik et al. (2019)	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	24
Ratnayake (2017)	0	2	2	0	2	1	2	1	2	1	2	2	0	17
Reid et al. (2020)	0	1	2	2	2	1	2	0	1	1	2	2	2	18
Reyes (2021)	0	0	2	2	2	2	2	0	0	1	0	2	0	13
Sánchez (2017)	0	1	2	2	2	2	2	1	1	1	2	2	2	20
Sánchez (2021)	0	1	2	2	1	1	1	1	1	1	2	0	0	13
Sani e Nunes (2016)	2	2	2	2	2	1	2	1	2	2	2	2	1	23
Temelová e Novák (2014)	0	1	2	2	2	2	2	1	1	2	2	2	1	20
Valente e Vacchiano (2021)	2	2	2	2	1	1	2	0	2	1	2	2	2	21
Valera e Guàrdia (2014)	0	2	2	2	2	1	2	1	2	2	2	2	2	22

Notas: 0 – Não reportado/Não especificado; 1 – Pouco claro/Relatado até um certo ponto; 2 – Adequadamente feito.

1.3. Resultados

Em termos gerais, os participantes sentiam-se seguros, contudo o foco das investigações foi a insegurança sentida e/ou percebida. Os autores procuraram saber o que levava os indivíduos a sentir mais medo/insegurança e que crimes mais temiam. Contudo, alguns autores também se focaram na segurança percebida pelos sujeitos e o que os levava a sentir segurança. Uma boa coesão entre a comunidade demonstrou ser bastante positiva para a percepção de segurança da população.

Dos estudos incluídos, vinte exploraram a percepção de segurança e/ou insegurança das populações (Allik e Kearns, 2016; Crespo e Freddy, 2019; Ferretti et al., 2018; Focás, 2021; Layera et al., 2020; Lo et al., 2022; Martínez e Jang, 2019; Martínez, 2020; Nakamura e Shunsuke, 2020; Nunes et al., 2018; Nunes et al., 2020; Plassa e Cunha, 2016; Putrik et al., 2019; Ratnayake, 2017; Reid et al., 2020; Sánchez, 2017; Sánchez, 2021; Sani e Nunes, 2016; Temelová e Novák, 2014; Valera e Guàrdia, 2014). Quatro estudos focaram-se no medo do crime (Britto, 2013; Hinkle, 2015; Narváez, 2020; Valente e Vacchiano, 2021). Um estudo analisou como o risco percebido de vitimização estava associado à insegurança (Caliso et al., 2020). Três estudos procuraram perceber de que forma e em que medida as populações estão envolvidas na sua comunidade, e como essa ligação poderá ter impacto nas suas percepções de (in)segurança (Choi e Lee, 2016; Leverentz et al., 2018; Reyes, 2021).

No estudo de Allik e Kearns (2016) sobre sentimentos de segurança em casa e na vizinhança, a amostra incluía 1179 chefes de famílias residentes em Glasgow, na Escócia, dos quais 35% dos participantes sentiam-se muito seguros nas suas casas, e 14% a 15% sentiam-se muito seguros a andar pela vizinhança durante a noite. Através dos resultados deste estudo, foi possível evidenciar que sentir-se seguro fora de casa, estava relacionado com sentir-se seguro dentro de casa, e vice-versa. As mulheres e os idosos são quem estavam menos propensos à sensação de segurança à noite no local onde residiam, devido à sua maior vulnerabilidade. A população mais vulnerável e em situação de pobreza, sem qualquer apoio social, sentia-se menos segura em casa. Na verdade, e de acordo com os autores, esta população tinha menos recursos e sentia que não era tão capaz de se proteger ou lidar com as consequências do crime. A qualidade da relação entre as pessoas, a comunidade e os prestadores de serviços é algo que está fortemente associado ao

sentimento de (in)segurança, na medida em que essa interação poderá reduzir a vulnerabilidade. Os participantes que demonstraram estar satisfeitos com a qualidade do local em que viviam - com presença de parques, iluminação e lojas, por exemplo -, sentiam-se mais seguros, tanto dentro, como fora de casa. Estas condições de satisfação com a área de residência demonstraram que esta amostra se importava com o estado do local onde vivia.

No estudo de Crespo e Freddy (2019) sobre a percepção de segurança cidadã, a amostra constituía-se de 470 residentes de três municípios do Estado de Mérida, na Venezuela, dos quais apresentavam uma idade entre os 18 e os 87 anos, 53% eram do sexo feminino, e mais de metade tinha um nível de ensino superior. Quase metade (49%) da amostra dizia que não se sentia segura a andar pelas ruas da sua zona de residência, e 80% não se sentia seguro a caminhar pelas ruas da cidade onde vivem. A inexistência de zonas recreativas na comunidade e a falta de coesão entre os vizinhos para resolver os problemas em conjunto, foram associadas de maneira negativa com a sensação de insegurança. Os participantes que avaliaram negativamente a qualidade dos serviços públicos relataram ter uma menor sensação de segurança na sua comunidade. O município da cidade de Mérida, no qual os inquiridos foram menos vezes vítimas de crime, foi o local em que os participantes sentiram mais medo do crime. Os participantes do município mais rural tinham uma maior sensação de segurança.

Num outro estudo (Ferretti et al., 2018) sobre a segurança urbana e respetiva percepção pela população, foram incluídos 896 participantes residentes em Itália, em que 59% eram do sexo masculino, cuja média de idades era cerca de 47 anos. Os homens foram os que apresentaram mais preocupação com o crime e maior vulnerabilidade ao mesmo. A percepção de insegurança da população participante estava significativamente associada ao aumento do medo do crime. A presença de comunidades estrangeiras na área de residência revelou um ter um impacto significativo na percepção de insegurança e na percepção de desordem física – como as condições ambientais da vizinhança e presença de deterioração urbana – e social – como a presença de indivíduos problemáticos e percepção de comportamentos antissociais . O aumento da desordem física e social foi associado a maiores preocupações com o crime e a uma baixa união entre os vizinhos.

O estudo realizado por Focás (2021) sobre a insegurança percebida pelas diferentes gerações, continha 75 participantes que residiam em dois bairros da cidade de Buenos Aires, na Argentina, no qual os inquiridos sentiam que a sua vizinhança era segura devido à confiança que tinham com os vizinhos e comerciantes da zona. A maioria das mulheres inquiridas não se sentiam seguras e demonstraram ter mais medo de serem vítimas de crimes sexuais ou femicídios. Os participantes mais velhos sentiam que, comparativamente há mais anos atrás, nestes últimos anos passou a haver mais insegurança no país devido ao abandono generalizado – como deterioração na área, presença de *graffitis* nas ruas e lixo no chão – e à menor qualidade de vida. Estes participantes falam ainda de um presente inseguro, devido à segurança perdida com o aumento da criminalidade. Os participantes mais jovens viam a segurança como um fenómeno habitual com o qual tinham de conviver e, por isso, adotavam práticas preventivas. O consumo de notícias sobre crimes por parte dos inquiridos mais velhos, por necessidade de estarem informados, levou a que estes apresentassem não só medo, como sentimentos de angústia e tristeza. O medo de serem potenciais vítimas de um crime existia devido à sua vulnerabilidade.

Layera et al. (2020) realizaram um estudo sobre a insegurança percebida, contendo 600 participantes residentes em 34 municípios da área metropolitana de Gran Santiago do Chile, no Chile, e 3 700 residentes de 209 zonas, onde foram administrados o censo nacional (Chile), no qual demonstraram que os sentimentos de insegurança e medo do crime estavam relacionados com as percepções de desordem social e com as experiências de vitimização indireta. Nesse estudo apurou-se também que ser mulher estava associado a maiores sentimentos de insegurança e medo do crime. Os anos de residência não tinham relação com os sentimentos de insegurança e medo do crime. Já o sentimento de pertença na comunidade e a confiança entre os vizinhos era um fator crucial na redução das percepções de insegurança e medo do crime.

Lo et al. (2022) realizaram um estudo sobre os sentimentos de segurança dos residentes, que incluía 1 000 residentes do município de Changhua, no Taiwan, no qual os participantes com uma maior percepção de desordem social – como a presença de comportamentos antissociais – tinham tendência a ter sentimentos de segurança mais baixos. As mulheres reportaram menores sentimentos de segurança que os homens. Os participantes com maior ligação à sua comunidade e aos seus vizinhos, e os participantes

com mais posses financeiras, eram mais propensos a relatar sentimentos de segurança mais altos. O policiamento comunitário apenas foi significativo nos sentimentos de segurança quando os participantes tinham uma maior ligação à comunidade.

Um outro estudo sobre a percepção de insegurança (Martínez e Jang, 2019), que continha uma amostra de 84 764 cidadãos mexicanos, sendo 53.9% do sexo feminino e 46.1% do sexo masculino, com uma idade média de 43 anos, dos quais mais de metade tinham o ensino secundário concluído. Neste estudo, 22% dos participantes sentiam-se inseguros em casa e 41% sentia-se inseguro dentro da sua comunidade. A insegurança na habitação estava relacionada com um maior nível de desordem social e com uma maior percepção de insegurança na comunidade. A vitimização direta e o nível académico estavam associados à insegurança na comunidade. O sentimento de pertença à comunidade e a coesão entre os vizinhos aumentou a percepção de segurança destes cidadãos.

No estudo de Martínez (2020), sobre os fatores que explicam a insegurança, no qual a amostra era composta por 168 886 cidadãos residentes na Colômbia, os seus resultados mostram que ter um estatuto socioeconómico mais alto estava relacionado com uma menor percepção de insegurança na área de residência. Segundo o autor, ter um estatuto socioeconómico mais alto, significava que a zona de residência tinha melhores condições. Ter sido vítima direta ou indireta, ser mulher e ter maiores níveis de educação estava associado a uma maior percepção de insegurança. Os participantes mais velhos e os participantes com maiores níveis de confiança nas forças de segurança tinham uma menor probabilidade de se sentirem inseguros. As incivildades naquela área tiveram uma correlação positiva com a percepção de insegurança.

Nakamura e Shunsuke (2020) elaboraram um estudo, no qual incluíram 584 cidadãos residentes na cidade de Dehli, na Índia, sobre a percepção de segurança e do porquê desta perdurar apesar dos crimes existentes. Verificaram que os residentes com mais posses monetárias, que confiavam nas outras pessoas e que tinham uma ligação à sua área de residência tinham a tendência a ter uma percepção de segurança na sua vizinhança, apesar dos crimes de roubo e de violência doméstica diminuírem essa percepção. A zona da cidade com mais criminalidade foi onde os residentes apresentaram mais sentimentos de segurança na sua vizinhança.

No estudo de Nunes et al. (2018) sobre as percepções de (in)segurança, foram incluídos 307 estudantes de instituições de ensino superior da cidade do Porto, Portugal, dos quais 69.4% eram do sexo masculino e 30.6% do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 48 anos, sendo a maior frequência de idades entre os 18 e os 23 anos. Destes estudantes, 35.2% não sentiam segurança na zona onde estudavam, devido à falta de segurança na rua e à degradação ambiental. A amostra do sexo feminino era quem apresentava mais medo de crimes que envolviam certos níveis de violência e/ou que implicavam um certo nível de contacto próximo entre pessoas. Os participantes observaram algumas incivildades, sendo os mais comuns peditórios ilegais, o abandono de fezes de animais e lixo no chão. A pobreza associada ao desemprego, a presença de conflitos e de delinquência juvenil, e a falta de policiamento eram as condições, apontadas pelos participantes, que poderiam estar a fomentar o crime. Estes problemas, conjugados com outros fenómenos – como a ingestão de drogas ou álcool –, ou características dos espaços – como o pouco movimento à noite –, amplificavam a percepção do aumento da criminalidade. Os crimes mais temidos não coincidiam com os mais frequentemente observados.

Num outro estudo realizado por Nunes et al. (2020) sobre as percepções de (in)segurança, composto por 195 residentes, trabalhadores e estudantes da cidade do Porto, Portugal, que se dividiam quase de igual modo pelo sexo, com 57.4% do sexo feminino e 42.6% do sexo masculino, com idades entre os 18 e os 87 anos, existindo maior frequência de idades entre os 35 e os 44 anos e, também, entre os 45 e os 54 anos. Mais de metade da amostra tinha, pelo menos, o ensino secundário concluído. A maioria dos inquiridos referiu sentir-se seguro naquela zona da cidade, contudo, 26% dos participantes referiu não sentir segurança naquela área devido à insegurança maioritariamente noturna, à sensação de presença de crime ou perigo, à falta de policiamento, por experiência ou observação e devido à presença de tráfico e uso de drogas. Os participantes que percecionaram aquela área como segura, explicaram ter sido devido à sua experiência/observação, à presença de controlo social formal, à segurança limitada apenas aos residentes e conhecidos, em comparação a outras áreas e devido à presença de controlo social informal. Dos participantes do estudo, 31.8% estavam pouco ou nada satisfeitos com o desempenho da polícia, devido à carência e insuficiência de policiamento, e também devido à incapacidade, à reatividade e à atuação morosa das forças policiais. Houve uma

discrepância entre os crimes ocorridos e os crimes temidos pelos inquiridos, onde, por vezes, os crimes considerados como temidos, não eram percecionados como ocorrentes.

Outro estudo (Plassa e Cunha, 2016) sobre a sensação de insegurança, mostrou que a percepção de insegurança aumentava de forma considerável quando os sujeitos já tivessem sido vítimas de algum tipo de crime. As pessoas sentiam mais insegurança nos centros urbanos e no município, em comparação à sensação de segurança sentida no domicílio. Os participantes sentiam-se mais inseguros quando não havia familiaridade com o local. As mulheres eram quem sentia mais insegurança e os idosos sentiam-se mais inseguros nas suas residências. As pessoas com níveis de escolaridade mais baixos sentiam-se mais inseguras no seu domicílio, comparativamente à insegurança sentida na sua área de residência ou no município. Já, as pessoas com um estatuto socioeconómico mais alto sentiam-se mais inseguras no local de residência e no município.

Noutro estudo (Putrik et al., 2019) sobre os sentimentos de segurança, a amostra comportava 9 656 cidadãos residentes em Maastricht, nos Países Baixos, em que a amostra era dividida de igual modo pelo sexo feminino (50%) e pelo masculino (50%), cuja média de idades é cerca de 55 anos e quase 40% tinham o ensino superior. Desta amostra, 34.1% sentia-se inseguro na vizinhança e, quando questionados acerca dos sentimentos de (in)segurança à noite, 66.6% sentia insegurança na zona de residência. Os crimes registados pelas autoridades não alteraram muito a percepção de ocorrência de crimes dos participantes, à exceção dos crimes violentos. Da mesma forma, os crimes registados não tiveram impacto nos sentimentos de insegurança destes indivíduos. Somente os crimes violentos e o incómodo causado pelos vizinhos estavam associados a uma maior insegurança sentida pelos participantes. As mulheres sentiam-se mais inseguras quando tinham uma maior percepção da ocorrência de roubos e atos de vandalismo, o mesmo não se verificou nos homens.

No estudo de Ratnayake (2017) sobre a sensação de segurança, foram abrangidos 156 estudantes internacionais e australianos, no qual 89% dos inquiridos considerou que a área onde estudavam era um local seguro para caminhar durante o dia, contudo 21% percecionou o local como inseguro para caminhar à noite, pois tinham receio de serem vítimas. As mulheres sentiam-se menos seguras que os homens. O medo do crime levou a que os participantes evitassem certos espaços durante a noite e a que adotassem algumas

estratégias para encarar o crime. Os sentimentos de segurança foram associados à presença de pessoas, fatores ambientais, tais como boa iluminação ou edifícios com certas características, como, por exemplo, edifícios altos.

Os resultados do estudo realizado por Reid et al. (2020), sobre percepções de segurança e insegurança, no qual foi incluída uma amostra de 272 participantes de 11 países europeus (Roménia, Sérvia, Espanha, Reino Unido, Áustria, França, Bulgária, Alemanha, Itália, Malta e Noruega), cuja média de idades era por volta dos 42.09 anos, dos quais 50.7% eram do sexo masculino e 48.5% do sexo feminino (0.7% dos participantes preferiram não mencionar o seu sexo). Através deste estudo, foi possível apurar que as zonas com um índice de criminalidade alto foram associadas a maiores sinais de desordem social – como a presença de indivíduos com comportamentos antissociais – e física – como edifícios e carros abandonados, e vandalismo –, a maior percepção de vitimização, medo de danos pessoais, medo de roubo de propriedade e menor confiança na polícia. Os moradores das áreas com um índice de criminalidade baixo apresentavam uma maior confiança na polícia, e também evidenciavam uma maior coesão social e interação com os seus vizinhos. Havia uma relação entre a criminalidade percebida e o risco de vitimização percebido. Os inquiridos que viviam em locais etnicamente diversificados, presenciavam mais sinais de desordem social e física e tinham menos confiança polícia.

No estudo de Sánchez (2017) sobre a percepção de insegurança, a amostra constituía-se de 24 958 residentes em sete zonas da cidade de Acapulco, no México, em que os habitantes dessa cidade sentiam-se mais seguros em casa, no trabalho e na escola, e mais inseguros no município em geral, nos transportes públicos e nas caixas de multibanco. Os habitantes sentiam-se mais inseguros quando ocorria um homicídio próximo da sua habitação, quando existiam gangues na sua área de residência e quando tinham uma maior exposição ao crime, seja direta ou indireta. Os residentes com um maior nível de escolaridade e com mais confiança na polícia, sentiam-se mais seguros. Os participantes deste estudo deixaram de realizar certas atividades por terem medo de serem vítimas de crime, – como, por exemplo, deixar de usar joias e de sair durante a noite –, e passaram a usar medidas de proteção contra a criminalidade, – como reforçar as fechaduras e usar protetores de janelas. Desta forma, a percepção de insegurança estava associada à mudança de atividades quotidianas. Neste estudo, a percepção de insegurança entre homens e mulheres não foi estatisticamente significativa.

Um outro estudo de Sánchez (2021) sobre a percepção de insegurança, composto por 831 participantes residentes em diversas zonas de Acapulco, no México, mostrou que os inquiridos tinham uma maior percepção de insegurança e medo do crime quando havia ocorrência de comportamentos antissociais ou criminosos. Estes inquiridos sentiam-se mais seguros em casa, no trabalho e na escola, e mais inseguros nas caixas de multibanco localizadas na rua, nos transportes públicos e na via pública. Os participantes deste estudo mudaram os seus comportamentos quotidianos por terem medo de serem vítimas de crime, e passaram a adotar medidas de proteção nas suas casas, devido à delinquência existente naquela área. A alteração de comportamentos por medo de ser vítima de algum crime era mais frequente em pessoas mais velhas, em mulheres e em famílias economicamente mais desfavorecidas. As mulheres tinham uma maior percepção de insegurança. O medo do crime é maior nas pessoas que foram vítimas diretas de crime, nas pessoas mais velhas, nas pessoas economicamente mais desfavorecidas e nas pessoas que moravam em zonas urbanas deterioradas. Nem a vitimização direta nem a indireta influenciavam a percepção geral de insegurança.

Num estudo de Sani e Nunes (2016) sobre a percepção de (in)segurança, no qual foram abrangidos 139 participantes de uma comunidade da cidade do Porto, Portugal, de ambos os sexos, com idades entre os 15 e os 84 anos, cuja média é de 41.4 anos. A grande maioria (72.7%) dos inquiridos considerou residir numa área segura, justificando que nunca observaram nenhum crime. Mais de 22% considerava viver numa área insegura, devido à percepção de crime ou perigo na sua área de residência e ao tráfico de drogas. Dos participantes, 40.3% revelou ter percepção de um aumento da criminalidade, devido à presença de problemas económicos e financeiros, o tráfico de drogas foi o crime mais percebido, tratando-se também de um dos crimes mais temidos. Quanto à participação comunitária, 56.8% dos inquiridos viviam nessa zona há mais de 10 anos e gostariam de ter melhores condições residenciais, mais zonas verdes, mais postos de trabalho, menos ruído e contaminação ambiental, e mais segurança. O crime mais temido por 42.4% participantes foi assalto à residência. A pobreza e o desemprego foram apontados por 76.3% dos inquiridos como a origem da criminalidade, tal como o consumo de drogas/álcool, por mais de 65%. As incivilidades mais frequentemente identificadas foram abandono de fezes de animais (74.1%), urinar na via pública (61.2%) e estacionar de forma caótica (56%).

Temelová e Novák (2014) realizaram um estudo sobre a percepção de segurança, no qual compreendia 615 residentes de uma comunidade na Chéquia, em que 54% eram do sexo feminino, cuja maior frequência de idades era entre os 25 e os 39 anos. O medo do crime tinha tendência a aumentar com as experiências de vitimização e com o passar dos anos a viver nas periferias da cidade. Desta forma, os participantes que moravam há menos tempo naquela zona de residência consideravam essa área mais segura, comparativamente aos participantes que lá moravam há mais tempo. Os participantes que adotaram algumas medidas de segurança para proteger a sua propriedade, como a utilização de alarmes e câmaras de segurança, tendiam a ter uma maior percepção dos riscos do crime. Os crimes contra a propriedade geravam mais medo do que os crimes violentos. Os residentes mais velhos e aposentados reportaram menores sentimentos de segurança. As mulheres tinham menos medo do crime de roubo ou de arrombamento de carros.

Os resultados do estudo realizado por Valera e Guàrdia (2014), sobre a percepção de insegurança, no qual foram incluídos 571 residentes na cidade de Barcelona, em Espanha, em que 52.5% eram do sexo feminino, cuja média de idades era de 44.22 anos. Os resultados indicaram que a percepção de insegurança destes participantes estava relacionada com fatores socioambientais, com variáveis pessoais e competências, reais ou percebidas, para lidar com situações potencialmente perigosas, e com a representação social da insegurança – sendo elas, vitimização, influência social e o nível de satisfação ambiental. Através deste estudo, verificamos que os níveis de satisfação com a área de residência e a ligação com a mesma, dependiam da imagem do ambiente urbano que, por sua vez, era crucial na percepção de insegurança dos indivíduos. Para estes sujeitos, um ambiente inseguro, tratava-se de um lugar com presença de potenciais agressores, e não tanto de um lugar com falta de iluminação ou de controlo.

O estudo de Britto (2013), focado na (in)segurança e no medo do crime, e composto por 1 196 residentes em Washington, nos Estados Unidos da América, demonstrou que nem a percepção da criminalidade, nem a eficácia da polícia estavam relacionadas com o medo do crime. A população que percecionava problemas, nomeadamente com gangues, e a que usava medidas protetoras contra o crime com mais frequência, apresentava ter mais medo do crime. Quer as minorias, quer os mais jovens, as mulheres e os mais desfavorecidos economicamente, evidenciaram mais medo do crime.

Num outro estudo sobre o medo do crime e a percepção de segurança, realizado por Hinkle (2015), a amostra abrangia 836 residentes e comerciantes de três cidades do Estado da Califórnia, nos Estados Unidos da América, em que 24% dos participantes tiveram medo do crime pelo menos uma vez no último ano, 28.1% sentiu-se muito ou de alguma forma inseguro a caminhar sozinho à noite na sua zona de residência, 22.6% achou que era provável ou muito provável serem vítimas de um crime nos próximos 6 meses, cerca de 25% dos participantes considerou ter medo do crime e 27.7% sentia medo todos os dias. O medo do crime era maior entre as mulheres e, por isso, estas estão mais propensas a se sentirem inseguras. A taxa de crime não teve impacto sobre a percepção de segurança, medo ou risco percebido. A percepção da desordem social e física aumentava significativamente o medo e as percepções de insegurança e de risco.

Narváez (2020) realizou um estudo sobre segurança e medo do crime, no qual a amostra continha 319 residentes da cidade de Quito, Equador, no qual 47% das mulheres estavam muito preocupadas com o crime, enquanto 51% dos homens referiram estar um pouco preocupados. Dos participantes mais velhos, 45% revelou estar muito preocupado com a criminalidade. Os participantes que tiveram uma experiência prévia de vitimização sentiam-se mais vulneráveis. Apesar dos participantes não reconhecerem que os residentes eram unidos, estavam dispostos a ajudar os seus vizinhos e confiavam nas pessoas que circulavam diariamente no seu local de residência.

Num estudo realizado por Valente e Vacchiano (2021) sobre os sentimentos de insegurança e medo do crime, a amostra compreendia 2 400 residentes brasileiros e argentinos, igualmente distribuídos, no qual foi possível constatar que o Brasil apresentou uma situação de violência endémica, e por isso, específica dessa região, ligada à violência voltada para o Estado, ao crime organizado e ao crime de rua, algo que não acontecia na Argentina. Os participantes do Brasil tinham mais medo do crime devido a experiências de vitimização passadas, enquanto o medo do crime para os participantes da Argentina provinha da insegurança social e de fatores não criminais – como vulnerabilidades socioeconómicas e outras vulnerabilidades pessoais, assim como desconfiança nas pessoas e nas instituições de segurança pública, tamanho da área de residência e exposição à violência no local de residência –. No Brasil, a vitimização direta ou indireta, ser mulher e o baixo nível de confiança nas outras pessoas eram os maiores indicadores

do medo do crime. Já no caso da Argentina, as mulheres, os indivíduos com nível de escolaridade mais baixo e os indivíduos mais desfavorecidos economicamente, eram mais suscetíveis de terem mais medo do crime.

Os resultados do estudo de Caliso et al. (2020), sobre a insegurança, no qual foram abrangidos 1 200 chefes de famílias das Filipinas na amostra, demonstraram que o risco percebido de vitimização estava associado à insegurança. A vitimização passada, tanto direta como indireta, a preocupação com o local de residência e a situação de pobreza aumentavam a percepção do risco de vitimização. As mulheres apresentaram ter um risco percebido de vitimização menor, bem como os participantes mais velhos. Os participantes com níveis de escolaridade mais baixos apresentam ter mais medo do crime, contrariamente aos indivíduos com mais idade, que demonstraram ter menos medo do crime. Foi possível verificar que, quando o Governo apoiava financeiramente o desenvolvimento da educação, saúde, emprego e bem-estar da comunidade, a percepção do risco de vitimização criminal diminuía. Assim sendo, e considerando que o risco percebido de vitimização estava associado à insegurança, as mulheres e os idosos sentiam menos insegurança. Da mesma forma que, quem já foi vítima de algum crime ou conhecia alguém que tinha sido vítima, quem tinha uma maior ligação à zona de residência e quem se encontrava em situação de pobreza apresentava mais sentimentos de insegurança.

Choi e Lee (2016) realizaram um estudo entre a Coreia do Sul e o Reino Unido de modo a avaliarem a cooperação dos cidadãos dos dois países nas atividades de policiamento comunitário, na qual a amostra era compreendida por 400 participantes das cidades de Londres (200) e de Seul (200). Quando os participantes da Coreia do Sul tinham uma ligação mais forte à sua comunidade ou à sua área de residência, e se preocupavam mais com a segurança da sua comunidade, estavam mais envolvidos nas atividades de policiamento comunitário. Por sua vez, os participantes do Reino Unido apenas participavam nessas atividades se tivessem mais confiança na polícia ou se procurassem obter ganhos pessoais, tais como ingressar futuramente na polícia ou adquirir poder e autoridade sobre os outros. Os inquiridos da Coreia do Sul que participavam noutras atividades de prevenção criminal local e os que moravam em zonas de alto risco criminal estavam também mais propensos a participar nas atividades de policiamento comunitário. Este estudo destaca o papel desempenhado pelo coletivismo da população sul coreana inquirida, contrastando com o individualismo dos participantes britânicos.

No estudo de Leverentz et al. (2018) sobre a ligação comunitária, a amostra constituía-se por 84 residentes de três zonas da cidade de Boston, nos Estados Unidos da América, no qual os participantes que residiam há mais tempo na sua zona de residência sentiam-se seguros devido aos laços sociais que criaram com os seus vizinhos. Os inquiridos que viviam há menos tempo no seu local de residência sentiam-se mais seguros quando essa zona era esteticamente agradável e sem desordem física e social. Os novos residentes não tinham grandes laços com os seus vizinhos, pois moravam na zona há pouco tempo e, por isso, ainda não estavam integrados na comunidade. Já os participantes que moravam na área há mais tempo, demonstraram que, para além de terem grandes laços com a sua comunidade, era essa ligação que lhes permitia ter uma forte conexão com a área de residência. Apesar da presença de indivíduos com comportamentos criminais naquela zona, os participantes e estes indivíduos não tinham qualquer problema entre si, e coexistiam pacificamente.

Reyes (2021) realizou um estudo sobre a insegurança e participação/ligação comunitária, em que a amostra comportava 27 participantes residentes na área de Santiago, no Chile, e 5 responsáveis por programas comunitários, em que 60% dos participantes vivia naquela área desde a década de 1980 e, os restantes 40% residia na zona há, pelo menos, 10 anos. Quanto aos problemas de insegurança desta população, foram identificadas três grandes ameaças: as ligadas ao crime; as relacionadas com as más condições urbanas; e as relacionadas com as habitações precárias e sem condições de habitabilidade existentes na comunidade. Durante um ano foram organizados seis convívios entre os vizinhos, que serviram para se conhecerem, se cuidarem e para estarem mais seguros – no entanto, os vizinhos acabaram por criar uma certa estigmatização da população que vivia nas habitações precárias, devido à associação entre essa população e a criminalidade.

A tabela 2 representa a síntese da análise dos artigos selecionados para a revisão sistemática.

Tabela 2.*Síntese da análise dos artigos selecionados para a revisão sistemática.*

Autores	Objetivos	Amostra	País de Origem	Língua	Instrumentos	Resultados e Principais Conclusões
Allik e Kearns (2016)	Avaliar o que leva os cidadãos a se sentir muito seguros nas suas casas e nas suas vizinhanças.	n = 1 179 chefes de famílias residentes em Glasgow	Escócia	Inglês	- Questionário com entrevista cara a cara.	35% dos participantes sentiam-se muito seguros nas suas casas, e 14% a 15% sentiam-se muito seguros a andar pela vizinhança durante a noite. As mulheres e os idosos são quem estavam menos propensos à sensação de segurança à noite no local onde residiam. A qualidade da relação entre as pessoas e a comunidade e os prestadores de serviços era algo que estava fortemente associado ao sentimento de (in)segurança.
Britto (2013)	Perceber que papel tem a insegurança económica na previsão do medo do crime, na vulnerabilidade ao crime, na desordem da vizinhança e no controle comunitário.	n = 1 196 residentes em Washington	Estados Unidos da América	Inglês	- Questionário online.	A população que percecionava problemas, nomeadamente com gangues, e a que usava medidas protetoras contra o crime com mais frequência, apresentava ter mais medo do crime. Quer as minorias, quer os mais jovens, as mulheres e os mais desfavorecidos economicamente, evidenciaram mais medo do crime.
Caliso et al. (2020)	Testar a hipótese que o risco percebido de vitimização pode	n = 1 200 chefes de famílias residentes em Manila	Filipinas	Inglês	- Questionário com entrevista cara a cara.	O risco percebido de vitimização estava associado à insegurança. A situação de pobreza, a vitimização passada e a preocupação com o local de residência aumentam a percepção do risco de

	ser previsto através da insegurança.					vitimização. As mulheres apresentaram ter um risco percebido de vitimização menor, em como os mais velhos. Quem tem um nível de escolaridade maior tem mais medo do crime, contrariamente aos indivíduos com mais idade.
Choi e Lee (2016)	Medir a cooperação dos cidadãos nas atividades de policiamento comunitário no Reino Unido e na Coreia do Sul.	n = 400 participantes residentes em Londres e em Seul	Reino Unido e Coreia do Sul	Inglês	- Questionário online.	Os participantes da Coreia do Sul que tinham uma forte ligação à sua comunidade/área de residência e que se preocupam com a segurança da sua comunidade, estavam mais envolvidos nas atividades de policiamento comunitário. Os participantes do Reino Unido que tinham mais confiança na polícia e que buscavam ter ganhos pessoais, eram quem mais participava nas atividades de policiamento comunitário.
Crespo e Freddy (2019)	Ampliar e atualizar o conhecimento sobre a vitimização, a percepção da segurança cidadã e o medo do crime.	n = 470 residentes de três municípios do estado de Mérida	Venezuela	Espanhol	- Entrevista cara a cara.	49% da amostra dizia não se sentir seguro a andar pelas ruas da zona da sua residência e 80% não se sentia seguro a caminhar pelas ruas da cidade onde vivem. Os participantes associaram de forma negativa a inexistência de zonas recreativas na comunidade e a falta de coesão entre os vizinhos para resolver os problemas, com a sensação de insegurança.

Ferretti et al. (2018)	Avaliar a percepção de insegurança através de fatores individuais e ecológicos.	n = 896 participantes residentes em Itália	Itália	Inglês	- Questionário online e em suporte papel.	Os homens apresentaram mais preocupação com o crime e maior vulnerabilidade ao mesmo. A percepção de insegurança estava significativamente associada com o aumento do medo do crime. A presença de comunidades estrangeiras na área de residência tinha um impacto significativo na percepção de insegurança e na percepção de desordem física (espacial) e social.
Focás (2021)	Conhecer a percepção de insegurança das diferentes gerações.	n = 75 participantes residentes em dois bairros da cidade de Buenos Aires	Argentina	Espanhol	- Entrevista cara a cara.	Os participantes mais velhos sentiam que nos dias de hoje havia mais insegurança no país devido ao abandono generalizado e à menor qualidade de vida. Os participantes sentiam que era um espaço seguro, devido à confiança que tinham com os vizinhos e com os comerciantes da zona. Os participantes mais jovens viam a insegurança como um fenómeno habitual, com o qual tinham de conviver e, por isso, adotavam práticas preventivas. O consumo de notícias sobre crimes levou a que os participantes mais velhos sentissem medo do crime.
Hinkle (2015)	Comparar a prevalência, frequência e magnitude do medo, com a	n = 836 residentes e comerciantes de três cidades do	Estados Unidos da América	Inglês	- Questionário via telefone.	24% dos participantes tiveram medo de crime pelo menos uma vez no último ano. 28.1% sentiu-se muito ou de alguma forma inseguro a caminhar sozinho à noite na sua zona de residência. Cerca de A percepção da desordem social e física

Layera et al. (2020)	segurança e risco percebidos. Explicar as percepções de insegurança e medo do crime nas comunidades, tendo em conta a sua natureza multidimensional.	Estado da Califórnia n = 600 residentes em 34 municípios da área metropolitana de Gran Santiago do Chile n = 3 700 residentes de 209 zonas onde administram o censo nacional	Chile	Espanhol	- Questionário cara a cara; - Dados do <i>Centro de Inteligencia Territorial</i> (censo nacional).	aumentava significativamente o medo e as percepções de insegurança e de risco. Os sentimentos de insegurança e medo do crime estavam relacionados com as percepções de desordem social e com as experiências de vitimização indireta. O sentimento de pertença na comunidade e a confiança entre os vizinhos era um fator crucial na redução das percepções de insegurança e medo do crime.
Leverentz et al. (2018)	Analisar como os residentes e a relação que estes têm com os seus vizinhos poderá impactar a percepção de segurança, crime e sentido de comunidade.	n = 84 residentes de três zonas da cidade de Boston	Estados Unidos da América	Inglês	- Entrevista.	Os participantes que residiam há mais tempo no seu local de residência sentiam-se seguros devido aos laços sociais que criaram com os seus vizinhos. Os participantes que viviam há menos tempo no seu local de residência sentiam-se mais seguros quando essa zona era esteticamente agradável e sem desordem social e física. Os novos residentes não tinham grandes laços com os seus vizinhos.

Lo et al. (2022)	Perceber o impacto que as atividades do policiamento comunitário têm na percepção de segurança dos residentes.	n = 1 000 residentes do município de Changhua	Taiwan	Inglês	- Questionário.	Os participantes com uma maior ligação aos seus vizinhos eram mais propensos a relatar sentimentos de segurança mais altos. Os participantes com uma maior percepção de desordem social tendiam a ter sentimentos de segurança mais baixos. O policiamento comunitário só aumentava os sentimentos de segurança quando os participantes tinham uma maior ligação à comunidade.
Martínez e Jang (2019)	Examinar a influência da vitimização, confiança e desordem, na percepção de insegurança dos mexicanos.	n = 84 764 cidadãos de toda a República do México	México	Espanhol	- Dados da <i>Encuesta Nacional de Victimización de Percepción sobre Seguridad</i> 2016 do <i>Instituto Nacional de Estadística y Geografía en México</i> .	22% dos participantes sentiam-se inseguros em casa. 41% sentia-se inseguro dentro da sua comunidade. A insegurança na habitação estava relacionada com um maior nível de desordem social e com uma maior percepção de insegurança na comunidade. O sentimento de pertença à comunidade e a coesão entre a vizinhança aumentou a percepção de segurança destes cidadãos.
Martínez (2020)	Identificar os principais fatores explicativos da percepção de insegurança nas cidades da Colômbia.	n = 168 886 cidadãos maiores de 15 anos residentes na Colômbia	Colômbia	Espanhol	- Dados da <i>Encuesta de Convivencia y Seguridad Ciudadana</i> de 2016.	Ter sido vítima direta ou indireta, ser mulher e ter maiores níveis de educação estava associado a uma maior percepção de insegurança. Os participantes mais velhos e os participantes com maiores níveis de confiança nas forças de segurança têm uma menor probabilidade

						de se sentirem inseguros. As incivildades naquela área tiveram uma correlação positiva com a perceção de insegurança.
Nakamura e Shunsuke (2020)	Investigar porque é que a perceção de segurança perdura apesar dos crimes na vizinhança.	n = 584 cidadãos maiores de 18 anos residentes na cidade de Delhi	Índia	Inglês	- Questionário online; - Entrevista pessoal suplementar.	Os residentes com mais posses monetárias, que confiavam nas outras pessoas e que tinham uma ligação à sua área de residência, tendiam a ter uma perceção de segurança na sua vizinhança, apesar dos crimes de roubo e de violência doméstica diminuírem a sua perceção de segurança.
Narváez (2020)	Explorar a criminalidade percebida derivada da preocupação com o crime.	n = 319 residentes da cidade de Quito	Equador	Espanhol	- Questionário.	47% das mulheres estavam muito preocupadas com o crime, enquanto 51% dos homens referiram estar um pouco preocupados. 45% os participantes mais velhos revelaram estar muito preocupados com a criminalidade. Apesar dos participantes não reconhecerem que os residentes eram unidos, estavam dispostos a ajudar os seus vizinhos e confiavam nas pessoas do seu local de residência.
Nunes et al. (2018)	Captar as perceções de (in)segurança e sobre o crime de estudantes do ensino superior da cidade do Porto.	n = 307 estudantes de instituições de ensino superior do Porto	Portugal	Português	- Inquérito por questionário.	35.2% dos estudantes inquiridos não sentiam segurança naquela zona, devido à falta de segurança na rua e devido à degradação ambiental. A pobreza associada ao desemprego, a presença de conflitos e de delinquência juvenil, e a falta de policiamento eram as condições

Nunes et al. (2020)	Identificar a percepção das pessoas, que residem, trabalham e estudam numa área urbana, sobre a segurança e criminalidade.	n = 195 residentes, trabalhadores e estudantes da cidade do Porto	Portugal	Português	- Inquérito por questionário.	que poderiam estar a fomentar o crime. Os crimes mais temidos não coincidem com os mais frequentemente observados. A maioria dos inquiridos referiu sentir-se seguro naquela zona da cidade. 26% dos participantes referiu não sentir segurança naquela área, maioritariamente devido à sensação de presença de crime ou perigo, e pela insegurança predominantemente noturna. A segurança foi predominantemente percecionada devido à experiência/observação e pela presença de controlo social formal. Houve uma discrepância entre os crimes ocorridos e os crimes temidos pelos inquiridos.
Plassa e Cunha (2016)	Analisar os fatores que aumentam a probabilidade de um determinado grupo (vulnerabilidades socioeconómicas...) ter uma sensação de insegurança maior que outros.	-	Brasil	Português	- Dados da Pesquisa Nacional de Amostras e Domicílios – PNAD de 2019.	Os participantes sentiam mais insegurança quando não havia familiaridade com o local. As pessoas com níveis de escolaridade mais baixos sentiam-se mais inseguras no seu domicílio, comparativamente à insegurança sentida na área de residência ou no município. As pessoas com um estatuto socioeconómico mais alto sentem-se mais inseguras no local de residência e no município.
Putrik et al. (2019)	Avaliar o papel da criminalidade nos sentimentos de	N = 9 656 cidadãos adultos	Países Baixos	Inglês	- Dados do questionário	34.1% sentia-se inseguro na vizinhança e 66.6% sentia insegurança na zona de residência. Os crimes registados pelas

	segurança na vizinhança.	residentes em Maastricht			do município de Maastricht; - Dados oficiais da Polícia sobre a criminalidade em Maastricht.	autoridades não tiveram impacto nos sentimentos de insegurança dos participantes. Somente os crimes violentos e o incómodo causado pelos vizinhos estavam associados à insegurança dos participantes.
Ratnayake (2017)	Perceber os fatores relacionados com relatos de medo do crime, tendo em conta as diferentes percepções de segurança.	n = 156 estudantes internacionais e australianos	Austrália	Inglês	- Questionário.	89% dos inquiridos considerou que a área onde estudavam era um local seguro para caminhar durante o dia, contudo 21% percecionou o local como inseguro para caminhar à noite. O medo do crime levou a que os participantes evitassem certos espaços durante a noite e a que adotassem algumas estratégias para encarar o crime. Os sentimentos de segurança foram associados à presença de pessoas, fatores ambientais, tais como boa iluminação ou edifícios com certas características.
Reid et al. (2020)	Explorar o medo de crime, percepção do risco e sensação de (in)segurança.	n = 272 participantes de 11 países europeus	Roménia, Sérvia, Espanha, Reino Unido, Áustria, França, Bulgária, Alemanha, Itália, Malta e Noruega	Inglês	- Questionário.	As zonas com um índice de criminalidade alto foram associadas a maiores sinais de desordem social e física (espacial), percepção de risco de vitimização, medo de danos pessoais, medo de roubo de propriedade e menor confiança na polícia. Os moradores das áreas com um índice de criminalidade baixo apresentavam uma maior

						confiança na polícia, e também evidenciavam uma maior coesão social e interação com os seus vizinhos.
Reyes (2021)	Compreender como é que os laços sociais funcionam como uma barreira informal à insegurança na vizinhança, qual o papel do Estado na segurança e quais os mecanismos que possibilitam a segurança.	n = 27 participantes residentes na área de Santiago n = 5 dirigentes	Chile	Espanhol	- Entrevista em profundidade e observação do trabalho de campo.	Quanto aos problemas de insegurança desta população, foram identificadas 3 grandes ameaças: as ligadas ao crime; as relacionadas com as más condições urbanas; as relacionadas com as habitações precárias e sem condições de habitabilidade existentes na comunidade. Durante um ano foram organizados 6 convívios entre os vizinhos, que serviram para se conhecerem, se cuidarem e para estarem mais seguros.
Sánchez (2017)	Conhecer a percepção de insegurança e medo do crime na cidade de Acapulco, no Estado de Guerrero.	n = 24 958 residentes em sete zonas da cidade de Acapulco	México	Espanhol	- Dados da <i>Encuesta sobre Seguridad Ciudadana en Acapulco</i> de 2019.	Os habitantes de Acapulco sentiam-se mais seguros em casa, no trabalho e na escola, e mais inseguros no município em geral, nos transportes públicos e nas caixas de multibanco. Os habitantes sentiam-se mais inseguros quando ocorria um homicídio próximo da sua habitação, quando existiam gangues na sua área de residência e quando tinham uma maior exposição ao crime, seja direta ou indireta.
Sánchez (2021)	Identificar a percepção de insegurança nos moradores de	n = 831 participantes residentes em diversas	México	Espanhol	- Questionário e Dados da <i>Encuesta sobre</i>	O medo do crime era maior nas pessoas que tinham sido vítimas diretas de crime, nas pessoas mais velhas, nas mulheres, nas pessoas economicamente mais

	polígonos geográficos prioritários da cidade de Acapulco.	zonas de Acapulco			<i>Seguridad Ciudadana en Acapulco</i> de 2019.	desfavorecidas, nas zonas com uma imagem urbana deteriorada e quando havia ocorrência de comportamentos antissociais ou criminosos.
Sani e Nunes (2016)	Obter um conhecimento sobre uma comunidade com altos índices de delinquência, quanto às suas necessidades, recursos disponíveis, dinâmica social, perceção de insegurança, situações de vitimização e medidas adotadas nessas situações.	n = 139 participantes de uma comunidade da cidade do Porto	Portugal	Espanhol	- Inquérito por questionário.	72.7% dos inquiridos considerou residir numa área segura, justificando que nunca observaram nenhum crime. Mais de 22% considerava viver numa área insegura, devido à perceção de crime ou perigo na sua área de residência e ao tráfico de drogas. 40.3% dos participantes revelou ter perceção de um aumento da criminalidade, devido à presença de problemas económicos e financeiros. O tráfico de drogas é o crime mais percebido e também um dos crimes mais temidos.
Temelová e Novák (2014)	Conhecer os problemas da criminalidade e segurança nas novas vizinhanças residenciais no interior da cidade de Praga.	n = 615 adultos residentes na vizinhança	Chéquia	Inglês	- Questionário e dados estatísticos oficiais da Polícia.	O medo do crime tinha tendência a aumentar com as experiências de vitimização e com os passar dos anos a viver na periferia. Os participantes que moravam há menos tempo naquela zona de residência consideravam essa área mais segura comparativamente aos participantes que lá moravam há mais tempo. Os crimes contra a propriedade

Valente e Vacchiano (2021)	Compreender a importância de fatores não criminais na explicação do medo do crime, bem como a exposição à violência no local de residência.	n = 2 400 residentes no Brasil e na Argentina	Argentina e Brasil	Inglês	- Dados do questionário <i>Latinobarómetro</i> de 2017.	geravam mais medo do que os crimes violentos. Os participantes do Brasil tinham mais medo do crime devido às suas experiências de vitimização passadas, enquanto o medo do crime para os participantes da Argentina provinha da insegurança social e de fatores não criminais.
Valera e Guàrdia (2014)	Fornecer evidências dos problemas envolvidos na percepção do risco de vitimização e do medo do crime nas cidades com taxas de criminalidade baixas.	n = 571 residentes na cidade de Barcelona	Espanha	Inglês	- Questionário.	A percepção de insegurança destes participantes estava relacionada com fatores socioambientais, variáveis pessoais e competências, reais ou percebidas, para lidar com situações potencialmente perigosas, e com a representação social da insegurança.

1.4. Discussão

A presente revisão sistemática teve como objetivo obter um maior conhecimento acerca das questões da (in)segurança e do envolvimento comunitário. De um modo geral, a partir dos estudos incluídos, é possível afirmar que, a maioria da população dos estudos se sentia segura na sua área de residência, sendo a ligação comunitária um dos grandes fatores desse sentimento.

Nos diversos estudos presentes nesta revisão sistemática, os seus autores procuraram perceber que razões levaram a população inquirida a sentir insegurança. Num estudo de Nunes et al. (2020), a sensação de presença de crime ou de perigo, a falta de policiamento, a presença de tráfico e consumo de drogas e a experiência ou observação da criminalidade, levou a que os inquiridos não sentissem segurança. Distintivamente, num outro estudo realizado por Nunes et al. (2018), os participantes sentiam insegurança devido à degradação ambiental e à falta de segurança na rua. Na maioria dos estudos focados na insegurança (e.g., Nunes et al., 2020; Putrik et al., 2019; Reyes, 2021; Sánchez, 2017; Sánchez, 2021; Sani e Nunes, 2016), a existência de criminalidade ou a percepção da mesma, foi o fator que mais surgiu para explicar essa sensação.

Os fatores socioambientais, desde as más condições urbanas, ao incómodo causado pelos vizinhos e à falta de familiaridade com o local, estão também relacionados com a percepção de insegurança sentida pelos inquiridos (e.g., Plassa e Cunha, 2016; Putrik et al., 2019; Reyes, 2021; Valera e Guárdia, 2014). No estudo de Martínez (2020), foi possível perceber que as incivildades presentes na área em estudo tinham uma correlação positiva com a percepção de insegurança. A percepção da desordem física e social – como a presença de deterioração urbana e a presença de indivíduos com comportamentos antissociais – presente em diversos estudos (e.g., Hinkle, 2015; Layera et al., 2020; Leverentz et al., 2018; Lo et al., 2022; Martínez e Jang, 2019) demonstrou aumentar os sentimentos de insegurança dos indivíduos.

O medo do crime levou a que os participantes de alguns estudos alterassem os seus comportamentos quotidianos e adotassem práticas preventivas para encarar o crime (e.g., Britto, 2013; Focás, 2021; Ratnayake, 2017; Sánchez, 2021; Temelová e Novák, 214). A vitimização passada, tanto direta como indireta, aumentou o medo do crime, mas não teve

nenhum impacto na percepção de segurança, no caso do estudo de Hinkle (2015). Contudo, no estudo de Martínez (2020), ter sido vítima direta ou indireta, está positivamente associado com a percepção de insegurança. A vitimização está correlacionada com os sentimentos de insegurança e medo do crime (e.g., Allik e Kearns, 2016; Layerea et al., 2020; Martínez e Jang, 2019; Temelová e Novák, 2014; Plassa e Cunha, 2016). No estudo de Focás (2021), percebeu-se também que a informação sobre a criminalidade, que os participantes mais velhos recebiam diariamente através dos meios de comunicação, levou a que estes sentissem medo do crime.

Diversos estudos concluíram que as mulheres no geral sentiam-se mais inseguras, e por sua vez mais vulneráveis, em comparação aos homens, principalmente quando percecionavam uma maior ocorrência da criminalidade e demonstravam ter mais medo do crime (e.g., Allik e Kearns, 2016; Britto, 2013; Focás, 2021; Hinkle, 2015; Layera et al., 2020; Lo et al., 2022; Martínez, 2020; Narváez, 2020; Nunes et al., 2018; Plassa e Cunha, 2016; Putrik et al., 2019; Ratnayake, 2017; Sánchez, 2021). Contrariamente a todos estes estudos, no estudo de Ferretti et al. (2018), os homens foram quem apresentaram mais preocupação com o crime e mais vulnerabilidade. De todas as faixas etárias estudadas, os participantes mais velhos/idosos, foram quem evidenciaram sentir mais insegurança e mais preocupação com a criminalidade existente (e.g., Focás, 2021; Narváez, 2020; Plassa e Cunha, 2016; Temelová e Novák, 2014). Contudo, noutros estudos, e em oposição a estes acima referidos, demonstraram que estes participantes sentiam menos medo do crime e sentiam-se menos inseguros (e.g., Allik e Kearns, 2016; Caliso et al., 2020; Martínez, 2020).

O nível académico revelou estar associado aos sentimentos de insegurança na comunidade no estudo de Martínez e Jang (2019), contrariamente, Ferretti et al. (2018) concluiu que o nível de educação não estava relacionado com a percepção de insegurança. Os participantes com níveis mais altos de educação sentiram mais segurança na rua e as pessoas com níveis mais baixos sentiam-se mais inseguras em casa (e.g., Allik e Kearns, 2016; Plassa e Cunha, 2016; Sánchez, 2017). Todavia, alguns estudos chegaram à conclusão que quem apresentava ter um nível de educação mais alto sentia mais medo do crime e mais percepção de insegurança do que quem tinha um nível académico mais baixo (e.g., Caliso et al., 2020; Martínez, 2020). Os participantes economicamente mais desfavorecidos experienciavam mais medo do crime, uma maior percepção do risco de

vitimização e maiores sentimentos de insegurança, enquanto os participantes com o estatuto socioeconómico mais alto tendiam a ter uma maior percepção de segurança na sua casa e zona de residência (e.g., Caliso et al., 2020; Lo et al., 2022; Martínez, 2020; Nakamura e Shunsuke, 2020). No entanto, os participantes com um estatuto socioeconómico mais alto do estudo de Plassa e Cunha (2016) sentiam-se mais inseguros no local de residência. Britto (2013) constatou que a insegurança económica estava positivamente relacionada com o medo do crime, contrariando Ferretti et al. (2018), que nos diz que a insegurança económica não aumentava a percepção de insegurança.

Apesar de, no estudo de Britto (2013), a eficácia da polícia não estar relacionada com o medo do crime, alguns estudos (e.g., Allik e Kearns, 2016; Martínez, 2020; Sánchez, 2017) evidenciaram que ter maiores níveis de confiança nas forças de segurança e estar satisfeito com o seu desempenho, levava a que os participantes tivessem uma menor percepção de insegurança. Desta forma, a ausência de policiamento estava negativamente associada à sensação de insegurança (e.g., Crespo e Freddy, 2019; Nunes et al., 2020).

Os participantes que se encontravam satisfeitos com a qualidade dos serviços públicos, como a existência de zonas recreativas, parques, lojas, iluminação e edifícios em boas condições, apresentaram maiores sentimentos de segurança (e.g., Allik e Kearns, 2016; Ratnayake, 2017), contrariamente aos participantes que avaliaram negativamente a qualidade desses serviços (Crespo e Freddy, 2019).

O sentimento de pertença à comunidade, e a confiança e coesão entre vizinhos, era um fator crucial na redução das percepções de insegurança e medo do crime destes cidadãos (e.g., Allik e Kearns, 2016; Crespo e Freddy, 2019; Focás, 2021; Layera et al., 2020; Lo et al., 2020; Martínez e Jang, 2019; Nakamura e Shunsuke, 2020). No estudo de Layera et al. (2020), os anos de residência não tinham relação com os sentimentos de insegurança e medo do crime, porém Leverentz et al. (2018) concluiu que os participantes que residiam há mais tempo na sua zona de residência sentiam-se mais seguros devido aos laços que tinham criado na sua comunidade, já os novos residentes não tinham grandes laços com os seus vizinhos e, por isso, apenas sentiam segurança quando a área de residência era esteticamente agradável e sem desordem física e social (Leverentz et al., 2018). A organização de convívios entre os vizinhos permitiu que estes se conhecessem melhor, pudessem cuidar uns dos outros e ainda proporcionou mais segurança entre estes

(Reyes, 2021). De acordo com Choi e Lee (2016), quando os participantes tinham uma ligação mais forte à sua comunidade ou à sua área de residência, e se preocupavam mais com a segurança da sua comunidade, estavam mais envolvidos em atividades de prevenção local. Desta forma, verificamos a importância da presença do coletivismo em cada comunidade. De outro modo, Narváez (2020), verificou que, mesmo que os residentes reconhecessem que a comunidade não era unida, os participantes estavam dispostos a ajudar os seus vizinhos em caso de necessidade, e tinham confiança nas pessoas que circulavam na sua área de residência.

Quanto à percepção de segurança, vários autores (e.g., Allik e Kearns, 2016; Ratnayake, 2017; Crespo e Freddy, 2019; Plassa e Cunha, 2016), através dos seus resultados, chegaram conclusão que a área de residência e a própria habitação eram onde os participantes tinham um maior sentimento de segurança. Esta percepção poderá estar relacionada com o maior conhecimento ou familiaridade de cada indivíduo com esses locais (Plassa e Cunha, 2016). Martínez (202) e Sánchez (2017) verificaram que os participantes sentiam mais segurança quando estes apresentavam mais confiança na polícia. Por outro lado, Nunes et al. (2020) e Sani e Nunes (2016), constataram que os sujeitos, por não terem tido experiência, observação ou conhecimento de nenhum crime, tinham maior percepção de segurança.

Foram identificadas algumas limitações nesta revisão sistemática. Há um risco de não terem sido incluídos alguns estudos enquadrados nesta temática, por diversas razões, tais como, por não se encontrarem em nenhuma base de dados acessível ou pelo seu conteúdo não estar disponível a qualquer pessoa. Poderá também haver um risco de alguns dos estudos terem alguma limitação metodológica.

É recomendado que futuramente se realizem mais estudos acerca da (in)segurança e do envolvimento comunitário, pois cada local e cada comunidade tem as suas características e especificidades e, por isso, só a partir desses estudos será possível conhecer cada comunidade e perceber como atuar no sentido de melhorar os seus problemas.

Concluída a discussão dos resultados da revisão sistemática da literatura, passaremos, então, à segunda parte desta investigação, que dá lugar ao estudo empírico.

Parte II – Percepção de (In)Segurança e Ligação à Comunidade: Estudo Empírico

2.1. Nota Introdutória da Parte II

Nesta parte é apresentado o estudo empírico relativo à “Percepção de (In)Segurança e Ligação à Comunidade – Um Estudo Desenvolvido no Funchal”. Os estudos empíricos baseiam-se na experiência através do contacto com a realidade, os quais, conjuntamente com a observação dos fenómenos e resultante da análise de resultados, são os mais utilizados das ciências humanas e sociais (Hernández-Rodríguez, Argüelles-Pascual e Palacios, 2021).

Os DLS, internacionalmente conhecidos, já se mostraram ser estudos empíricos muito proveitosos na área da prevenção criminal, designadamente, no que toca à análise de comunidades mais problemáticas, apoiando as próprias autoridades quanto a medidas preventivas e interventivas a adotar em tais populações (Sani e Nunes, 2013a). Trata-se do levantamento de informações de uma determinada população e é possível criar planos de intervenção e programas de prevenção mais adequados e com mais efetividade -, através desses estudos (Sani e Nunes, 2013a; Sani e Nunes, 2022).

Os objetivos gerais passam por conhecer mais profundamente a percepção de segurança e/ou insegurança da população do Funchal, tal como o seu envolvimento comunitário. Deste modo, pretende-se: i) Averiguar a existência de eventuais com/divergências entre crime temido e crime efetivamente ocorrente de acordo com a população local; ii) Identificar o sentimento de segurança e/ou insegurança destes cidadãos; iii) Identificar o laço estabelecido entre os cidadãos e a comunidade de pertença; iv) Perceber se existe alguma ligação entre a percepção de segurança e/ou insegurança e o envolvimento comunitário.

Assim sendo, procurar-se-á resposta para as seguintes questões centrais de investigação: i) Haverá alguma relação entre o sentimento de segurança e/ou insegurança e a criminalidade existente? ii) Encontrar-se-á alguma convergência entre o envolvimento dos cidadãos naquela comunidade e o sentimento de segurança e/ou insegurança? iii) Encontrar-se-á uma predominante existência de laços estabelecidos entre os inquiridos e a sua comunidade?

No sentido de se apresentar aqui o estudo empírico, cujo enquadramento teórico decorre da revisão sistemática anteriormente exposta, esta parte subdivide-se em diferentes partes, de que constam a caracterização da área analisada, o método e metodologia, os resultados, a discussão, e por fim, a conclusão.

2.2. Caracterização do Funchal - Madeira

A Região Autónoma da Madeira (RAM) é um arquipélago português localizado no Oceano Atlântico Oriental e é administrada por um governo regional sediado na cidade do Funchal, a sua capital. A RAM tem uma área total de 801,5 Km² e é constituída pelas Ilhas da Madeira, do Porto Santo, das Desertas e das Selvagens. O concelho do Funchal, localizado na Ilha da Madeira, compreende uma área total de 76,14 Km², constituindo cerca de 10% da RAM. Esta cidade compõe-se por 10 freguesias: Imaculado Coração de Maria, Monte, Santa Luzia, Santa Maria Maior, Santo António, São Gonçalo, São Martinho, São Pedro, São Roque e Sé (Sani e Nunes, 2022).

Segundo os censos de 2021, a cidade do Funchal contém cerca de 105 782 habitantes, concentrando cerca de 42,19% dos 250 744 residentes na RAM. A população do sexo feminino corresponde a 53,5% da população total do município, enquanto a população do sexo masculino corresponde a 46,5% (Instituto Nacional de Estatística, 2022). A freguesia de São Martinho é a freguesia mais populosa da cidade, contendo 26 929 habitantes, sucedendo Santo António com 25 940 habitantes. Santa Maria Maior é constituída por 11 768 habitantes, à medida que a freguesia de São Roque é composta por 8 349 habitantes. São Pedro concentra 7 204 habitantes, enquanto as freguesias de São Gonçalo, Monte e Imaculado Coração de Maria contêm 5 806, 5 794, 5 627 habitantes, respetivamente. Por fim, a freguesia de Santa Luzia constitui-se de 5 490 habitantes e a freguesia da Sé de 2 875 habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2022).

Em 2022, a taxa de criminalidade na RAM era de 26,9%, com um total de 6 810 crimes ocorridos e registados pelas autoridades policiais. Só na cidade do Funchal, foram participados 3 601 crimes às autoridades, dos quais 1 446 são contra o património e 1 179 contra as pessoas, sendo o município da RAM com mais participações. Os seguintes

crimes mais participados às autoridades nesta cidade foram: Crimes contra a integridade física (815); Crimes contra a vida em sociedade (717); Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l (552); Violência doméstica contra cônjuge ou análogos (439); Furto de veículo e em veículo motorizado (307); Ofensa à integridade física voluntária simples (269); Crimes previstos em legislação avulsa (200). Condução sem habilitação legal foi praticado 122 vezes nesta cidade, enquanto roubos por esticção e na via pública apenas foram registados 120 vezes. As autoridades registaram 35 crimes contra o estado, 18 crimes contra animais de companhia e 6 crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal (Conselho Superior de Segurança Interna, 2023; Instituto Nacional de Estatística, 2023).

2.3. Método e Metodologia

O estudo centra-se na análise de dados obtidos em três das cinco partes que integram o questionário de DLS (Sani e Nunes, 2013b) no Funchal, sobre a insegurança percebida pela população do Funchal, tal como o seu envolvimento comunitário. Trata-se de um estudo de metodologia mista, numa triangulação metodológica (Reidy e Mercier, 2003), em que foram recolhidos dados quantitativos e qualitativos. A pesquisa segue um desenho, que se caracteriza por ser exploratório/descritivo, transversal e observacional, baseado no autorrelato, recorrendo ao método do inquérito por questionário.

2.3.1. Instrumento

Este estudo enquadra-se no âmbito de uma investigação desenvolvida pelo OPVC da UFP, em parceria com a CMF e com a PSP do Funchal.

O questionário de DLS (Sani e Nunes, 2013b), administrado no Funchal, está repartido em cinco partes. Na primeira parte temos os dados sociodemográficos dos inquiridos, na segunda procura saber-se da (in)segurança percebida pelos inquiridos na sua área de residência/trabalho/ensino, na terceira é questionado acerca das experiências de vitimação, na quarta parte procura-se apurar de que modo opera o controlo social formal no lidar com o fenómeno criminal e, por fim, na quinta parte pretende-se conhecer qual o

envolvimento dos cidadãos quanto à resolução dos problemas da sua comunidade. Para este estudo, foram necessárias três das cinco partes do questionário, a primeira, a segunda e a quinta, que permitiram a obtenção dos dados necessários para procurar alcançar os objetivos previamente traçados.

Assim, parece ter chegado o momento de se passar à descrição do procedimento adotado.

2.3.2. Procedimento

Com o propósito de avançar com este estudo recorreu-se a dados obtidos através de uma investigação desenvolvida em 2021 pelo OPVC, em parceria com a CMF e a PSP-Funchal de realização de DLS, e em que a autora deste trabalho participou ativamente, integrando a equipa de recolha de dados.

Assim sendo, foi necessário seguir todos os procedimentos éticos e deontológicos, através de um parecer dirigido à Comissão de Ética da UFP, pelo OPVC, mediante a apresentação do Protocolo de Investigação do estudo e da Declaração de Assentimento Informado que, posteriormente, foi apresentado aos inquiridos, que responderam no formato online, por sua livre e espontânea vontade. Procedeu-se à administração do questionário, também em suporte de papel, embora a mestrandia apenas tenha participado na recolha de dados através da internet. Evidentemente, a todos os que responderam foram dadas garantias de anonimato e confidencialidade das informações, sendo que apenas participaram os sujeitos que, livre e informadamente, o aceitaram.

Após a fase de recolha de dados, foi usado o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM SPSS Statistics 28.0) para a organização e o tratamento dos mesmos, a fim de se obterem os resultados. É de salientar que, para as respostas mais subjetivas e qualitativas, dadas a questões mais abertas, houve necessidade de ser feita uma análise que, atendendo ao conteúdo, gerasse um conjunto de categorias.

Assim, e atendendo ao que já foi referido, impõe-se, agora, caracterizar a amostra constituída.

2.3.3. Caracterização da amostra

O estudo retirou a sua amostra do total de inquiridos para a investigação do OPVC, incluindo 1000 participantes, de ambos os sexos, residentes, trabalhadores ou estudantes na cidade do Funchal, e com uma idade igual ou superior aos 18 anos. Como fator de exclusão foi imposto que os participantes não fossem estrangeiros e/ou turistas e não residentes, pois, nesses casos, os sujeitos não teriam uma verdadeira noção da (in)segurança sentida naquela cidade e, por sua vez, também não teriam qualquer envolvimento naquela comunidade.

Assim, passaremos a apresentar os elementos que constituem os dados sociodemográficos caracterizadores da amostra, começando pela distribuição dos sujeitos quanto ao sexo (Cf. Tabela 3).

Tabela 3.

Distribuição por frequência quanto ao sexo.

Sexo	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Feminino	554	55.4
Masculino	446	44.6
Total	100	100

Como pode ver-se pela tabela acima, os participantes distribuem-se mais ou menos igualmente entre masculino e feminino. Vejamos, de seguida, a distribuição por idades (Cf. Tabela 4).

Tabela 4.

Distribuição por frequência quanto à idade por intervalos.

Idade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
18-22	61	6.1
23-27	120	12
28-32	88	8.8
33-37	91	9.1
38-42	86	8.6
43-47	119	11.9
48-52	75	7.5
53-57	87	8.7
58-62	83	8.3
63-67	72	7.2
68-72	54	5.4

73-77	39	3.9
78-82	20	2
83-87	5	0.5
Total	1000	100
Média=45.72 Moda=44 Desvio-Padrão= 16.636		

Como se pode ver pela tabela 4, os participantes apresentaram uma idade mínima de 18 anos e um máximo de 85, sendo que se verificou um predomínio de indivíduos com idades entre os 23 e os 27 anos e, também, entre os 43 e os 47 anos, cuja média de anos é de 45.72, com um desvio-padrão de 16.64. Na tabela 5, veremos as diferentes nacionalidades dos participantes.

Tabela 5.

Distribuição por frequência quanto à nacionalidade.

Nacionalidade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Portuguesa	975	97.5
Venezuelana	9	0.9
Brasileira	7	0.7
Inglesa	3	0.3
Africana	2	0.2
Japonesa	2	0.2
Australiana	1	0.1
Canadiana	1	0.1
Total	1000	100

Através da tabela acima, verificamos que 97.5% da amostra tinha nacionalidade portuguesa e a nacionalidade da restante população divide-se por: venezuelana (0.9%), brasileira (0.7%), inglesa (0.3%), africana (0.2%), japonesa (0.2%), australiana (0.1%) e canadiana (0.1%). A tabela seguinte (Cf. Tabela 6) mostra-nos o estado civil dos participantes (Cf. Tabela 5).

Tabela 6.

Distribuição por frequência quanto ao estado civil.

Estado Civil	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Casado(a)/União de facto	429	42.9
Solteiro(a)	403	40.3
Divorciado(a)/Separado	95	9.5
Viúvo(a)	73	7.3
Total	1000	100

A população em estudo, quanto ao seu estado civil, apresentava estar, em maior número, casada ou em união de facto (42.9%), 40.3% encontrava-se solteira, seguindo-se a

população divorciada ou separada (9.5%) e, finalmente, a população viúva (7.3%) (Cf. Tabela 6). A seguinte tabela (Cf. Tabela 7) apresenta o nível de escolaridade dos indivíduos.

Tabela 7.

Distribuição por frequência quanto ao nível de escolaridade.

Escolaridade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não tem escolaridade	4	0.4
1.º ciclo/Primária (entre 1.º e 4.º anos)	146	14.6
2.º ciclo/Preparatória (entre 5.º e 6.º anos)	74	7.4
3.º ciclo/Unificado (entre 7.º e 9.º anos)	144	14.4
Secundária (entre 10.º e 12.º anos)	334	33.4
Curso técnico-profissional	11	1.1
Bacharelato	4	0.4
Superior	283	28.3
Total	1000	100

A tabela acima mostra-nos que, 33.4% tinha concluído o ensino secundário, seguindo-se de 28.3% da amostra com o ensino superior, 14.6%, 14.4% e 7.4% referiu ter concluído o ensino primário, o ensino unificado e o ensino preparatório, respetivamente. Já a restante amostra, 1.1% seguiu um curso técnico-profissional, 0.4% tinha um bacharelato e 0.4% não tinha qualquer escolaridade (Cf. Tabela 7). Através da tabela seguinte (Cf. Tabela 8), verificamos a situação ocupacional dos participantes.

Tabela 8.

Distribuição por frequência quanto à situação ocupacional.

Situação Ocupacional	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Trabalhador	636	63.6
Reformado	161	16.1
Desempregado	98	9.8
Estudante	83	8.3
Trabalhador-estudante	1	0.1
Outro	21	2.1
Total	1000	100

A grande maioria da amostra tinha um emprego (63.6%), 16.1% era reformada, 9.8% encontrava-se desempregada e 8.3% era estudante. A restante amostra encontrava-se noutra situação ocupacional (2.1%) e 0.1% era trabalhador-estudante (Cf. Tabela 8). De

seguida, veremos através da tabela 9, a distribuição da população pelas diferentes freguesias da cidade do Funchal.

Tabela 9.

Distribuição por frequência quanto à freguesia.

Freguesia	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Santo António	265	26.5
São Martinho	232	23.2
Santa Maria Maior	115	11.5
São Roque	68	6.8
Sé	63	6.3
Santa Luzia	57	5.7
São Gonçalo	53	5.3
São Pedro	52	5.2
Monte	49	4.9
Imaculado Coração de Maria	46	4.6
Total	1000	100

Por fim, em relação à freguesia de residência/trabalho/estudo da amostra, 26.5% residia/trabalhava/estudava em Santo António, 23.2% em São Martinho, 11.5% em Santa Maria Maior, 6.8% em São Roque, 6.3% na freguesia da Sé, 5.7% em Santa Luzia, 5.3% em São Gonçalo, 5.2% em São Pedro, 4.9% na freguesia do Monte e 4.6% na freguesia do Imaculado Coração de Maria (Cf. Tabela 9).

Sendo que já foram apresentados os resultados acerca das informações sociodemográficas da amostra, passamos agora aos resultados derivados da análise dos dados recolhidos.

2.4. Resultados

Uma vez apresentada a caracterização sociodemográfica da amostra, chegou o momento de expor os resultados obtidos. É de notar que, nas Tabelas 11, 13 e 22, as repostas dadas pelos participantes são inseridas em diferentes categorias, conforme a categoria a que mais se adequam, tal como já foi referido no ponto relativo ao procedimento. Desta forma, serão integradas na mesma categoria respostas coincidentes. No que se refere às Tabelas 14, 15, 16 e 17, os participantes podiam escolher mais do que uma opção de resposta. Assim sendo, há mais respostas do que participantes, daí não ser apresentado o valor total

das respostas. Destaca-se ainda que, nas Tabelas 11, 13 e 22, a categoria “Não respondeu” refere-se aos sujeitos que optaram por não responder a essa pergunta, e a categoria “Resposta contraditória” corresponde às situações em que a justificação dada pelos sujeitos não está em conformidade com a resposta dada na questão anterior.

2.4.1. Percepção de (In)Segurança

A percepção de (in)segurança da população revela-se essencial para o conhecimento de cada área urbana e de cada comunidade, de modo a que se possa atuar adequadamente às suas necessidades.

Começamos por verificar a percepção de (in)segurança da população inquirida (Cf. Tabela 10).

Tabela 10.

Percepção de (In)Segurança na área de residência/trabalho/ensino.

Área Segura	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	833	83.3
Não	167	16.7
Total	1000	100

Segundo os participantes que residiam/trabalhavam/estudavam no Funchal, 83.3% apresentavam um sentimento de segurança, enquanto 16.7% sentiam insegurança naquela área (Cf. Tabela 10). Em seguida, veremos as explicações dadas pelos participantes acerca da percepção de (in)segurança (Cf. Tabela 11).

Tabela 11.

Justificação da percepção de (In)Segurança.

SIM - área de residência/trabalho/ensino segura por:			
Categoria de resposta (SIM)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Verbalizações Exemplificativas
Segurança por experiência/observação/conhecimento	342	34.2	“Nunca soube de nenhuma situação muito grave aqui”; “Nunca tive qualquer problema”
Segurança por haver pouca/nenhuma criminalidade/perigo	197	19.7	“Não existe atos de criminalidade”
Segurança por ser uma área calma	169	16.9	“É uma zona calma/tranquila”

Segurança por controlo social informal	33	3.3	“Há muito movimento”; “Porque os vizinhos são ótimos, sinto-me segura”
Segurança por controlo social formal	32	3.2	“Porque vejo algum policiamento e nunca teve nenhum tipo de problema”
Segurança por comparação com outras zonas	7	0.7	“Comparativamente a outras localidades em Portugal, a Madeira no geral é um local seguro”
Resposta contraditória	10	1.0	“Mas tenho receio, pois vivo sozinha”
Total Parcial	780	78.0	
NÃO - área de residência/trabalho/ensino não-segura/insegura por:			
Categoria de resposta (NÃO)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Verbalizações Exemplificativas
Insegurança por presença de crime/perigo	68	6.8	“Muitos roubos”; “Porque existe muito tráfico de droga, muitos conflitos na rua”
Insegurança por frequência de população desviante (drogas/álcool/prostituição/sem-abrigo)	51	5.1	“Muitos delinquentes na rua”; “Tem muitas zonas frequentadas por sem-abrigo e drogados”; “Muita gente desconhecida ... e prostituição”
Insegurança por experiência/observação/conhecimento	17	1.7	“Já sofri tentativas de assalto”; “Vejo crimes a acontecerem”
Insegurança por escassez/limitação de policiamento	12	1.2	“Falta de policiamento”; “Devia haver mais policiamento noturno”
Características dos espaços e acessos	5	0.5	“São ruas principais ... não é seguro”; “Porque vivo num beco não luminoso...”
Insegurança predominantemente noturna	3	0.3	“Muitas ocorrências durante a noite de incidentes”
Por estruturas físicas degradadas (bairro)	3	0.3	“Vivo num bairro social”
Insegurança por escassez de controlo social informal	2	0.2	“Porque tem muitas áreas mortas”
Resposta contraditória	2	0.2	“Zona calma”
Total Parcial	161	16.1	
Não respondeu	47	4.7	---
Total	1000	100	

Conforme as justificações da amostra, a percepção de segurança resulta principalmente da sua “experiência/observação/conhecimento” (34.2%). “Segurança por haver pouca ou nenhuma criminalidade/perigo” (19.7%) e “segurança por ser uma área calma” (16.9%), foram as seguintes justificações mais usadas pelos participantes, para exprimirem a segurança sentida naquela área. Quanto à insegurança, 6.8% da amostra sentiu-se insegura naquela zona devido à “presença de crime/perigo” e 5.1% devido à “frequência de população desviante (drogas/álcool/ prostituição/sem-abrigo)” (Cf. Tabela 11). Vejamos agora a percepção da evolução da criminalidade (Cf. Tabela 12).

Tabela 12.*Perceção da evolução da criminalidade.*

Aumento da criminalidade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	671	67.1
Não	329	32.9
Total	1000	100

Segundo a tabela 12, 67.1% dos participantes acreditava que a criminalidade tinha aumentado, ao contrário dos 32.9% que considerava não ter havido qualquer aumento da criminalidade. A tabela seguinte (Cf. Tabela 13) mostra-nos as explicações dadas sobre a perceção da evolução da criminalidade.

Tabela 13.*Justificação da perceção da evolução da criminalidade.*

SIM – a criminalidade tem aumentado por:			
Categoria de resposta (SIM)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Verbalizações Exemplificativas
Aumento percebido pelos media	139	13.9	“Relatos dos media”; “Vejo nas notícias”
Aumento por ocorrência de roubos/assaltos/drogas	128	12.8	“Aumento por ocorrência de roubos/assaltos/drogas”
Aumento pela situação pandémica	117	11.7	“...a pandemia veio agravar”; “Devido à pandemia”
Aumento por experiência/observação/conhecimento	110	11.0	“Vejo mais situações a acontecer”; “Tem aumentado e muito”; “Ouço falar”
Aumento por problemas económicos/desemprego	101	10.1	“Desemprego”; “Tem aumentado devido ao aumento de dificuldades financeiras”
Aumento por presença de desvio/pessoas estranhas	33	3.3	“Muitos sem-abrigo na rua”; “Presença de estranhos e pequenos crimes”
Aumento por presença de conflitos/violência	13	1.3	“Muita violência”
Aumento por reduzido controlo social informal	13	1.3	“Menos circulação de pessoas...”
Aumento por reduzido controlo social formal	10	1.0	“Por falta de policiamento”
Resposta contraditória	1	0.1	“Não há qualquer registo de crimes”
Total Parcial	664	66.4	
NÃO – a criminalidade não tem aumentado por:			
Categoria de resposta (NÃO)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Verbalizações Exemplificativas
Não aumento por experiência/observação/conhecimento	280	28.0	“Mantém-se igual”; “Estatísticas criminais assim o referem”
Não aumento percebido pelos media	15	1.5	“Notícias”; “Redes sociais”
Não aumento pela situação pandémica	10	1.0	“Tem diminuído devido à pandemia”
Não aumento por controlo social formal	9	0.9	“O trabalho das forças policiais é bem feito”
Resposta contraditória	1	0.1	“Tive de colocar alarme na loja”

Total Parcial	314	31.4	
Não respondeu	20	2.0	---
Total	1000	100	

As justificações dadas para o aumento da criminalidade estavam maioritariamente relacionadas com os “media” (13.9%), com a “ocorrência de roubos/assaltos/drogas” (12.8%) e com a “situação pandémica” (11.7%). A “experiência/observação/conhecimento” e os “problemas económicos/desemprego” foram as seguintes explicações mais usadas pelos inquiridos com 11.0% e 10.1%, respetivamente. A grande maioria da amostra que considerava que o crime não tinha aumentado, justifica-o através da sua “experiência/observação/conhecimento” (28.0%) (Cf. Tabela 13). Na tabela 14, veremos os crimes mais percecionados.

Tabela 14.

Perceção dos crimes mais frequentes.

Crimes mais frequentes	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Tráfico de drogas	336	33.6
Assalto a residência	329	32.9
Furto (ex.: Automóvel)	306	30.6
Roubo (ex.: Esticão)	289	28.9
Danos a espaços/equipamentos públicos	259	25.9
Assalto a estabelecimento comercial	238	23.8
Agressão física	154	15.4
Violência doméstica: contra/entre cônjuges	136	13.6
Burla	126	12.6
Crimes rodoviários	89	8.9
Violência doméstica: contra/entre idosos	55	5.5
Violência doméstica: contra/entre menores	49	4.9
Ofensa sexual	47	4.7
Tráfico de armas	11	1.1
Desconhece/Nenhum	249	24.9
Outros:		
Vandalismo	2	0.2
Extorsão	1	0.1
Homicídio	1	0.1

No que se refere aos crimes percecionados como os que mais frequentemente ocorrem pelos inquiridos, ressalta-se “tráfico de drogas” (33.6%), “assalto a residência” (32.9%), “furto (ex.: automóvel)” (30.6%), “roubo (ex.: esticão)” (28.9%), “danos a espaços/

equipamentos públicos” (25.9%) e “assalto a estabelecimento comercial” (23.8%). Os seguintes crimes mais identificados encontram-se na tabela acima, por ordem decrescente de frequência (Cf. Tabela 14). Na categoria “outros” (0.4%), foram ainda nomeados crimes como o “vandalismo”, “extorsão” ou “homicídio”, sendo os seus valores bastante mais inferiores do que a maioria dos restantes crimes. Na seguinte tabela (Cf. Tabela 15), podemos verificar a percepção dos crimes mais temidos pelos participantes.

Tabela 15.

Percepção dos crimes mais temidos.

Crimes Mais Temidos	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Assalto a residência	579	57.9
Roubo (ex.: Esticção)	397	39.7
Agressão física	351	35.1
Furto (ex.: Automóvel)	338	33.8
Tráfico de drogas	306	30.6
Ofensa sexual	168	16.8
Danos a espaços/equipamentos públicos	162	16.2
Assalto a estabelecimento comercial	160	16.0
Burla	138	13.8
Crimes rodoviários	131	13.1
Tráfico de armas	122	12.2
Violência doméstica: contra/entre cônjuges	117	11.7
Violência doméstica: contra/entre idosos	116	11.6
Violência doméstica: contra/entre menores	113	11.3
Desconhece/Nenhum	132	13.2
Outros:		
Vandalismo	2	0.2

Dos crimes mais temidos pela amostra, salienta-se “assalto a residência” (57.9%), “roubo (e.: esticção)” (39.7%), “agressão física” (35.1%), “furto (ex.: automóvel)” (33.8%) e “tráfico de drogas” (30.6%). Os restantes crimes mais temidos, encontram-se com diferentes percentagens na tabela acima (Cf. Tabela 15). Quanto ao crime presente na categoria “outros”, “vandalismo” foi apontado como o mais temido por 0.2% dos inquiridos, tendo um valor muito a baixo dos restantes crimes. De seguida, observaremos as condições que, para esta população, favoreciam o crime (Cf. Tabela 16).

Tabela 16.*Percepção das condições apontadas como favorecedoras do crime.*

Favorecedores do Crime	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Consumo de drogas/álcool	683	68.3
Pobreza/Desemprego	681	68.1
Policciamento deficitário	351	35.1
Problemas familiares	313	31.3
Reduzido movimento durante a noite	254	25.4
Pouca severidade para com os ofensores	249	24.9
Conflitos e delinquência juvenil	223	22.3
Presença de pessoas estranhas	199	19.9
Incapacidade de atuação dos agentes de autoridade	191	19.1
Má iluminação pública	147	14.7
Maus acessos/arruamentos	123	12.3
Ausência de espaços verdes/de lazer	116	11.6
Desconhece/Nenhum	74	7.4
Outros:		
Falta de ocupação	1	0.1
Ganância	1	0.1

O “consumo de drogas/álcool” (68.3%) e a “pobreza/desemprego” (68.1%) foram as condições mais apontadas pelos participantes como as mais favorecedoras do crime, seguido de “policciamento deficitário” (35.1%) e “problemas familiares” (31.3%). As seguintes condições mais elegidas encontram-se na tabela acima (Cf. Tabela 16). Na categoria “outros”, “falta de ocupação” e “ganância” foram salientados por 0.2% da amostra, sendo este um valor profundamente mais abaixo que a generalidade das outras condições. A tabela 17 apresenta as incivildades mais observadas pelos participantes.

Tabela 17.*Percepção das incivildades observadas.*

Incivildades Observadas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Deixar as fezes dos animais de companhia na via pública	542	54.2
Dispensar lixo pela rua	404	40.4
Produzir ruído na via pública	393	39.3
Estacionar de forma caótica	383	38.3

Urinar na via pública	362	36.2
Peditórios ilegais (ex.: Arrumadores de automóveis)	249	24.9
Violar regras de trânsito	248	24.8
Desconhece/Nenhum	69	6.9
Outros:		
Consumo de drogas na via pública	2	0.2
Cuspir na via pública	2	0.2

A população que residia/trabalhava/estudava no Funchal, percecionava “deixar fezes dos animais de companhia na via pública” (54.2%), “dispersar lixo pela rua” (40.4%), “produzir ruído na via pública” (39.3%), “estacionar de forma caótica” (38.3%) e “urinar na via pública” (36.2%), como as incivildades mais observadas. As próximas incivildades mais observadas localizam-se na tabela acima (Cf. Tabela 17), por ordem de frequência. É de destacar ainda a categoria “outros”, na qual as incivildades mais presenciadas foram “consumo de drogas na via pública” (0.2%) e “cuspir na via pública” (0.2%), sendo os seus valores imensamente mais a baixo que a grande maioria das outras incivildades.

2.4.2. Participação Comunitária

A participação comunitária e o envolvimento da população na comunidade, diz-nos muito acerca do que se passa numa certa comunidade, pois permitem-nos obter informação relativamente à vontade que a população local poderá ter em participar em programas/medidas de prevenção criminal, cujo objetivo seria trazer mudança para a sua comunidade.

Começamos por verificar os anos de residência/trabalho/ensino desta amostra na cidade do Funchal (Cf. Tabela 18).

Tabela 18.

Anos de residência/trabalho/ensino.

Anos de Residência	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
3 anos ou menos	142	14.2
4 a 6 anos	92	9.2

7 a 9 anos	56	5.6
10 anos ou mais	710	71.0
Total	1000	100

Através da tabela acima (Cf. Tabela 18), verifica-se que a grande maioria dos participantes, residiam/trabalhavam/estudavam na cidade do Funchal há “10 anos ou mais” (71.0%), sendo que 14.2% residia/trabalhava/estudava naquela área há “3 anos ou menos”. Veremos de seguida (Cf. Tabela 19) as mudanças percebidas pela população para melhorar a qualidade de vida naquela área.

Tabela 19.

Mudanças percebidas para melhorar a qualidade de vida na área de residência/trabalho/ensino.

Melhorar a qualidade de vida	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Reabilitação urbana/maior quantidade ou qualidade de equipamentos	140	14.0
Menos poluição sonora e ambiental/controlo sanitário	131	13.1
Mais espaços verdes/lazer	129	12.9
Mais policiamento/segurança/videovigilância/justiça mais eficaz	127	12.7
Mais estacionamento	63	6.3
Mais comércio/mais infraestruturas e serviços	33	3.3
Mais educação rodoviária/menor trânsito	32	3.2
Menos prostituição/peditórios ilegais/sem abrigo/tráfico e consumo de drogas	25	2.5
Mais postos de trabalho	23	2.3
Mais educação/civismo	21	2.1
Mais iluminação	21	2.1
Mais transportes	17	1.7
Mais serviços/apoio social formal	10	1.0
Melhores salários/preços mais acessíveis (alimentação, transportes, combustível)	8	0.8
Prevenção criminal/droga/políticas sociais	6	0.6
Mais população/turistas/movimento	3	0.3
Não sabe	196	19.6
Não respondeu	15	1.5

Total	1000	100
--------------	-------------	------------

Relativamente às mudanças percebidas para melhorar a qualidade de vida no Funchal, a “reabilitação urbana/maior quantidade ou qualidade de equipamentos” foi apontado mais vezes pela amostra (14.0%), seguindo-se de “menos poluição sonora e ambiental/controlo sanitário”, percebido por 13.1% dos participantes como algo que iria melhorar qualidade de vida dos mesmos. “Mais espaços verdes/lazer” e “mais policiamento/segurança/videovigilância/justiça mais eficaz”, foram também medidas elegidas algumas vezes pelos inquiridos, com 12.9% e 12.7%, respetivamente. As restantes medidas foram apontadas com frequências menores (Cf. Tabela 19). A tabela 20, mostra-nos as mudanças percebidas pelos inquiridos para aumentar a segurança na cidade do Funchal.

Tabela 20.

Mudanças percebidas para aumentar a segurança na área de residência/trabalho/ensino.

Aumentar Segurança	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Mais policiamento/segurança/videovigilância/justiça mais eficaz	645	64.5
Menos prostituição/peditórios ilegais/sem abrigo/tráfico e consumo de drogas	38	3.8
Mais iluminação	31	3.1
Reabilitação urbana/maior quantidade ou qualidade de equipamentos	24	2.4
Mais educação/civismo	15	1.5
Menos poluição sonora e ambiental/controlo sanitário	10	1.0
Mais serviços/apoio social formal	7	0.7
Mais educação rodoviária/menos trânsito	5	0.5
Prevenção criminal/droga/políticas sociais	3	0.3
Mais estacionamento	3	0.3
Mais postos de trabalho	2	0.2
Mais comércio/mais infraestruturas e serviços	2	0.2
Mais transportes	2	0.2
Mais espaços verdes/lazer	1	0.1

Melhores salários/preços mais acessíveis (alimentação, transportes, combustível)	1	0.1
Mais população/turistas/movimento	1	0.1
Não sabe	194	19.4
Não respondeu	16	1.6
Total	1000	100

Assim, dentro das medidas que proporcionariam um aumento na segurança, “mais policiamento/segurança/videovigilância/justiça mais eficaz” foi a opção escolhida por 64.5% dos participantes. Com percentagens significativamente menores, “menos prostituição/peditórios ilegais/sem-abrigo/tráfico e consumo de drogas” (3.8%), “mais iluminação” (3.1%) e “reabilitação urbana/maior quantidade ou qualidade de equipamentos” (2.4%), foram também elementos tidos como importantes para aumentar a segurança na cidade do Funchal. As restantes medidas, presentes na tabela acima, também indicam quais as mudanças percebidas a serem feitas, para que possa existir um aumento da segurança, ainda que tenham sido referidas menos vezes (Cf. Tabela 20). Vejamos, de seguida, a força de ligação ao local de residência/trabalho/ensino (Cf. Tabela 21).

Tabela 21.

Força de ligação com o local de residência/trabalho/ensino.

Força de Ligação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Muito forte	378	37.8
Forte	451	45.1
Pouco forte	129	12.9
Nada forte	42	4.2
Total	1000	100

Verificando os valores presentes na tabela 21, vemos que 45.1% dos sujeitos afirmou que tinha uma “forte” ligação à sua zona de residência/trabalho/ensino, e 37.8% sentia uma ligação “muito forte” àquela zona. Contrariamente, 12.9% da amostra considerava ter uma ligação “pouco forte” e 4.2% declarava ter uma ligação “nada forte” ao seu local de residência/trabalho/ensino. Por fim, a tabela 22 expõe as justificações dadas pela população quanto à força de ligação àquele local.

Tabela 22.*Justificação da força de ligação ao local de residência/trabalho/ensino.*

MUITO FORTE/FORTE – ligação ao local muito forte/forte por:			
Categoria de resposta (MUITO FORTE/FORTE)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Verbalizações Exemplificativas
Gosto/orgulho/pertença comunitária	231	23.1	“Adoro a zona”; “...convivo com os vizinhos”
Residência/trabalho/estudo desde há muito	224	22.4	“Área de residência de família há muitos anos”
Nascido/criado ali/laços familiares	212	21.2	“Local de nascimento”; “Área familiar”
Ligação instrumental/funcional	83	8.3	“A localização e outros serviços”
Zona segura/calma	50	5.0	“Acho que é uma zona segura...”; “Área calma”
Resposta contraditória	2	0.2	“Zona apenas residencial”; “Apesar de não ter muito contacto com vizinhos e local”
Total Parcial	800	80.0	
POUCO FORTE/NADA FORTE – ligação pouco forte/nada forte ao local por:			
Categoria de resposta (POUCO FORTE/NADA FORTE)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Verbalizações Exemplificativas
Só por motivos instrumentais/funcionais	59	5.9	“Apenas área de estudo”
Não gosta/não se integra	54	5.4	“Ainda não tenho grandes laços”
Residência/trabalho/estudo há pouco	29	2.9	“Área de residência há pouco tempo”
Sensação de insegurança	6	0.6	“Pouca segurança”
Más condições/desertificação	4	0.4	“...só não me agrada a segurança e a lixeira”
Resposta contraditória	1	0.1	“Gosto da área, é sossegada”
Total Parcial	152	15.2	
Não respondeu	45	4.5	---
Total	1000	100	

Os sujeitos que apresentaram ter uma ligação “muito forte” ou “forte” à sua zona de residência/trabalho/ensino, justificaram-no com ter “gosto/orgulho/pertença comunitária” (23.1%), ter “residência/trabalho/estudo desde há muito” (22.4%) e ter “nascido/criado ali/laços comunitários” (21.2%). Quem considerou ter uma ligação “pouco forte” ou “nada forte”, fundamentou a sua resposta por apenas ter uma ligação ao local “por motivos instrumentais/funcionais” (5.9%), por “não gostar/não se integrar” (5.4%) e por ter “residência/trabalho/estudo há pouco” tempo (2.9%) (Cf. Tabela 22).

Concluída a parte dos resultados deste estudo, passaremos agora à discussão dos mesmos.

2.5. Discussão

Após a análise dos resultados, passamos agora à discussão dos mesmos. Dos inquéritos realizados na cidade do Funchal, foram selecionados os primeiros mil a terem sido respondidos do total da amostra do estudo global do OPVC. A população analisada repartiu-se quase de igual forma pelo sexo, com 55.4% de participantes do sexo feminino e 44.6% do sexo masculino. Estes participantes tinham idades compreendidas entre os 18 e os 85 anos, sendo a maior frequência de idades entre os 23 e os 27 (12%) e, também, entre os 43 e os 47 anos (11.9%), cuja média é de 45.72, a nacionalidade era maioritariamente portuguesa (97.5%), 42.9% eram casados ou encontravam-se em união de facto, 33.4% tinham o ensino secundário (entre 10.º e 12.º anos) como escolaridade máxima e mais de metade (63.6%) estavam empregados. Estes resultados revelaram ser muito semelhantes aos da maioria dos estudos integrados no enquadramento teórico (e.g., Crespo e Freddy, 2019; Martínez e Jang, 2019; Nunes et al., 2020; Reid et al., 2020; Temelová e Novák, 2014; Valera e Guàrdia, 2014). Contudo, acaba por divergir nalguns estudos, como o de Nunes et al. (2018), em que 69.4% eram do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 48 anos. Note-se que, esta divergência poderá dever-se ao facto destes sujeitos serem todos estudantes do ensino superior e, por isso, a média de idades será, normalmente, inferior.

Importa agora analisar a perceção de (in)segurança e a ligação à comunidade da população residente, trabalhadora e estudantil da cidade do Funchal.

Efetivamente, estes cidadãos, na sua maioria, perceberam esta área como segura (83.3%), contra os 16.7% que sentem insegurança naquela área. Estes dados vão de encontro aos resultados obtidos noutros estudos, nos quais a grande maioria dos inquiridos sentiam-se seguros nas áreas em análise (e.g., Martínez e Jang., 2019; Nunes et al., 2018; Nunes et al., 2020; Ratnayake, 2017; Sani e Nunes, 2016; Hinkle, 2015). Allik e Kearns (2016), chegaram aos resultados de maior perceção de segurança em casa e no seu local de residência. Dentro da mesma linha de entendimento, Crespo e Freddy (2019), concluíram também que a área residência se revelou a mais segura. Já Plassa e Cunha (2016) inferiram do seu estudo que a maior perceção de segurança na área residencial e na sua própria casa, poderia relacionar-se com o maior conhecimento/familiaridade de cada sujeito com esses locais. Ora, os residentes,

trabalhadores e estudantes do Funchal, percecionaram essa zona como segura, sobretudo, devido à sua experiência/observação/conhecimento (34.2%). Por tanto, os nossos resultados vão de encontro com os apresentados pelos estudos acima, tal como convergem com os apresentados por Nunes et al. (2020) e de Sani e Nunes (2016), pois a principal justificação pela perceção de segurança dos inquiridos foi em consequência de não terem experienciado/observado/conhecimento de qualquer crime. Já nos estudos de Martínez (2020) e de Sánchez (2017), verificou-se que, quando havia maiores níveis de confiança nas forças policiais, os sujeitos também, se sentiam mais seguros. Na verdade, e apesar de não ter tido um número significativo no Funchal (apenas 3.2%), os participantes da nossa análise evidenciaram que a sua perceção de segurança era derivada da presença de controlo social formal. Por outro lado, diversos estudos (e.g., Allik e Kearns, 2016; Crespo e Freddy, 2019; Layera et al., 2020; Lo et al., 2022; Martínez e Jang, 2019; Nakamura e Shunsuke, 2020; Leverentz et al., 2018; Reyes, 2021) apuraram que ter um maior sentimento de pertença e ligação à comunidade, bem como uma maior coesão e confiança entre a vizinhança e a sua comunidade, e também, ter uma ligação à sua área de residência, aumentava significativamente os sentimentos de segurança dos indivíduos. Ainda dentro desta linha de pensamento, e segundo Leverentz et al. (2018), aqueles que moram há mais tempo na sua zona de residência sentem-se mais seguros devido aos laços sociais que criaram com os seus vizinhos. Através do nosso estudo, ainda que não num número significativo, mas numa porção considerável, verificamos que os resultados obtidos pelos autores supracitados convergem com os nossos, pois 3.3% dos nossos participantes declararam que, devido à boa relação tem têm com os seus vizinhos, estes sentiam-se mais seguros. É ainda possível fazer um cruzamento entre os nossos resultados, que nos mostram esse sentimento de segurança derivado ao sentimento de pertença e ligação à comunidade na nossa amostra. Uma vez que, 83.3% percecionava a área de residência como segura e 80% expressou ter uma ligação forte ou muito forte àquela área, derivada da pertença comunitária (23.1%) e dos laços familiares (21.2%).

Diversos autores (e.g., Ferretti et al, 2018; Focás, 2021; Layera et al., 2020; Lo et al., 2022; Martínez e Jang, 2019; Martínez, 2020; Ratnayake, 2017; Reid et al., 2020; Sánchez, 2021; Valera e Guàrdia, 2014; Hinkle, 2015) constataram através dos seus estudos a existência de uma relação entre o sentimento de insegurança e as desordens físicas e sociais presentes nas ruas. As más condições ambientais na vizinhança, a presença de deterioração urbana e de incividades, – como a presença de *graffitis* nas

ruas, lixo no chão, edifícios e carros abandonados, e vandalismo –, conjuntamente com a presença de indivíduos problemáticos e com comportamentos antissociais e criminosos, tiveram um grande impacto na percepção de insegurança dos indivíduos. As características dos espaços e acessos (0.5%) e as estruturas físicas degradadas (0.3%), apesar de não terem tido um peso significativo nas escolhas dos participantes, revelaram ser também, e de encontro com os resultados dos autores acima mencionados, alguns dos argumentos usados pelos nossos participantes, para justificar a sua percepção de insegurança. Os resultados da revisão sistemática da literatura são unânimes com os resultados deste estudo, no qual os seus participantes revelaram que o seu sentimento de insegurança (16.7%) advém, maioritariamente, da presença de crime/perigo (6.8%) e da presença de população desviante (5.1%). Nunes et al. (2018) e Nunes et al. (2020), e em convergência com os resultados do presente estudo, constataram que a insegurança sentida pelos sujeitos provém, maioritariamente, da sensação de presença de crime ou perigo e da degradação ambiental.

Quanto à evolução da criminalidade, 67.1% da nossa amostra percecionou um aumento da criminalidade, contrastando com os 32.9% que não percecionaram um aumento da mesma. A principal justificação dada para o aumento da criminalidade foi o aumento percebido através dos media (13,9%). Este resultado não foi muito frequente noutros estudos, contudo Focás (2021), verificou que alguns dos seus inquiridos consumiam notícias sobre crimes, por necessidade de se manterem informados, o que poderá ter levado a um aumento percecionado da criminalidade por parte dos mesmos, pois, de outra forma, não saberiam da ocorrência desses crimes. Por outro lado, Focás (2021) e Sani e Nunes (2016), depreenderam das suas análises que o aumento do crime se deveu à menor qualidade de vida e à presença de problemas financeiros e económicos, tal como se verificou neste estudo, onde 10.1% dos participantes percecionaram um aumento da criminalidade devido aos problemas económicos e ao desemprego.

No que se refere à percepção da população dos crimes que mais frequentemente ocorrem na cidade do Funchal, tráfico de drogas foi o mais apontado pela amostra (33.6%). O crime mais temido foi assalto a residência, destacado por mais de metade dos participantes (57.9%). Desta forma, observa-se que o crime que mais ocorre, não é o mais temido pelos participantes deste estudo. Igualmente, Nunes et al. (2018) e Nunes et al. (2020) concluíram que, os crimes mais temidos não coincidem com os mais

frequentemente observados pelos sujeitos, sendo que, nalguns casos, os crimes mais temidos, não foram apontados como ocorrentes. Sani e Nunes (2016), em conformidade com os resultados do estudo do Funchal, verificaram que o crime mais temido foi também assalto à residência, sendo que este também não era o crime percecionado como o que mais ocorria. Note-se que, apesar do crime mais temido, no presente estudo, não ter sido o mais observado, este, ainda assim, foi o segundo crime considerado como o que mais frequentemente ocorria (32.9%).

De acordo com Nunes et al. (2018), a pobreza associada ao desemprego, a presença de conflitos e de delinquência juvenil, e a falta de policiamento são, para os sujeitos, as condições que poderão estar a incrementar o crime. Da mesma forma, Sani e Nunes (2016), verificaram que os seus participantes apontaram a pobreza/desemprego, e o consumo de drogas/álcool como os fatores que poderão estar na origem da criminalidade. De encontro com os resultados por nós obtidos, em que se verificou que o consumo de drogas e álcool (68.3%) e a pobreza e o desemprego (68.1%) foram considerados como as condições que mais favorecem o crime, podemos afirmar que há uma concordância com os referidos por Nunes et al. (2018) e por Sani e Nunes (2016).

Em relação às incivildades mais frequentes, na cidade do Funchal, deixar fezes dos animais de companhia na via pública (54.2%) e dispersar lixo pela rua (40.4%) foram as incivildades mais observadas pelos participantes. De igual modo, nos estudos de Nunes et al. (2018) e de Sani e Nunes (2016), as incivildades mais presenciadas foram também o abandono de fezes de animais e a presença de lixo no chão.

No que diz respeito aos anos de residência/trabalho/ensino, constatamos que a grande maioria dos participantes, residiam/trabalhavam/estudavam naquela cidade há pelo menos 10 anos (71.0%) e 14.2% residiam/trabalhavam/estudavam lá há 3 anos ou menos. De igual forma, Sani e Nunes (2016), verificaram que 56.8% dos sujeitos viviam na sua zona de residência há 10 anos ou mais, tal como os indivíduos do estudo de Reyes (2021), no qual 60% dos participantes viviam na sua área de habitação desde a década de 1980 e, a restante população residia naquela área há, pelo menos, 10 anos. Na verdade, Layera et al. (2020) mostram-nos, através do seu estudo, que os anos de residência não tinham qualquer relação com os sentimentos de insegurança, indo também de encontro com os resultados do estudo de Temelová e Novák (2014), em que verificaram que os

participantes que moravam há menos tempo naquela zona de residência, consideraram essa área mais segura, comparativamente aos participantes que lá moravam há mais tempo. Em discrepância com os resultados destes estudos, Plassa e Cunha (2016), constataram que os participantes se sentiam mais inseguros quando não existia familiaridade com o local. Leverentz et al. (2018), e em conformidade com os autores acima mencionados, verificaram que os inquiridos que habitavam há mais tempo na sua área de residência sentiam-se mais seguros. Sendo que, 71% dos nossos participantes residiam, trabalhavam ou estudavam na zona do Funchal e 83.3% percecionavam essa área como segura, podemos afirmar que, os anos de residência/trabalho/ensino tiveram impacto na percepção de (in)segurança desta população e, por isso, quem tinha maior familiaridade com o local, tinha maiores sentimentos de segurança. Posto isto, os nossos resultados divergem dos de Layera et al. (2020) e de Temelová e Novák (2014) e, convergem com os de Plassa e Cunha (2016) e de Leverentz et al. (2018).

Em relação às mudanças percebidas para melhorar a qualidade de vida na cidade do Funchal, a reabilitação urbana e a maior quantidade ou qualidade de equipamentos foram eleitas mais vezes pela população por nós inquirida (14.0%), indo de encontro aos resultados obtidos no estudo de Sani e Nunes (2016), no qual melhores condições residenciais foram apontadas mais vezes. Acrescente-se que, os participantes do presente estudo consideraram que menos poluição sonora e ambiental ou controlo sanitário (13.1%), mais espaços verdes e de lazer (12.9%) e mais policiamento, segurança, videovigilância e justiça mais eficaz (12.7%) iria melhorar a sua qualidade de vida. Mais uma vez, os sujeitos do estudo de Sani e Nunes (2016), têm opiniões convergentes, e mostram que gostariam de ter no seu local de residência zonas mais verdes, mais postos de trabalho, menos ruído e contaminação ambiental, e mais segurança.

Relativamente às mudanças percebidas pelos participantes para aumentar a segurança, mais policiamento, segurança, videovigilância e justiça mais eficaz (64.5%), foi a opção mais elegida pela nossa amostra, como a medida que proporcionará mais segurança no Funchal. Nos estudos de Allik e Kearns (2016) e de Ratnayake (2017), os sujeitos sentiam mais segurança quando os mesmos estavam satisfeitos com a qualidade da zona onde viviam, como quando havia presença de parques, boa iluminação e lojas, por exemplo. Da mesma forma, Leverentz et al. (2018), concluíram que os inquiridos se sentiam mais seguros quando o seu local de residência era esteticamente agradável. Dentro da mesma

linha de pensamento, Crespo e Freddy (2019), apuraram que a sensação de insegurança estava relacionada com a inexistência de zonas recreativas e com a falta de qualidade dos serviços públicos. Assim sendo, os sujeitos dos estudos supracitados relacionaram a qualidade dos fatores ambientais com sentimentos de segurança. Os fatores ambientais não tiveram um peso significativo nas escolhas desta amostra, pois apesar de terem sido algumas as medidas mencionadas, aparecem em percentagens substancialmente baixas (mais iluminação, com 3.1%, e reabilitação urbana, maior quantidade ou qualidade de equipamentos, com 2.4%). Desta forma, os resultados deste estudo divergem dos resultados dos estudos acima mencionados.

Da população por nós inquirida, 45.1% afirmou ter uma forte ligação à sua área de residência, trabalho ou ensino, 37.8% sentia uma ligação muito forte, 12.9% considerava ter uma ligação pouco forte e 4.2% exprimiu ter uma ligação nada forte. Das justificações usadas pela nossa amostra, ter gosto, orgulho ou pertença comunitária foi a opção mais elegida (23.1%) pelos participantes que afirmaram sentir uma ligação forte ou muito forte à zona de residência, trabalho ou ensino. Ter nascido ou ter sido criado na zona ou ter laços comunitários, foi a opção escolhida por 21.2% dos participantes por nós inquiridos. Em concordância com estes resultados, Leverentz et al. (2018), verificaram que os sujeitos tinham uma maior conexão com a área de residência devido aos laços criados com a sua comunidade, e por sua vez, devido ao sentimento de pertença na mesma. Os participantes do presente estudo que consideraram ter uma ligação pouco forte ou nada forte, justificaram-no por apenas terem uma ligação ao local por motivos instrumentais ou funcionais (5.9%), por não gostarem ou não se integrarem (5.4%) e por residirem, trabalharem ou estudarem há pouco tempo na cidade do Funchal (2.9%). Leverentz et al. (2018), inferiram do seu estudo que os novos residentes não tinham laços muito fortes com os seus vizinhos, dado que estes moravam na zona há pouco tempo e, por esse motivo, ainda não estavam integrados na sua comunidade. Deste modo, podemos afirmar que, mais uma vez, os nossos resultados coincidem com os resultados obtidos por Leverentz et al. (2018).

Apresentada a discussão dos resultados obtidos, e face à sua análise comparativa relativamente aos alcançados em estudos anteriores, passaremos à apresentação de algumas notas conclusivas.

2.6. Conclusão

É chegado o momento de apresentar as nossas conclusões, começando por dar resposta às questões centrais de investigação inicialmente formuladas neste estudo, sendo essencial recordá-las: i) Haverá alguma relação entre o sentimento de segurança e/ou insegurança e a criminalidade existente? ii) Encontrar-se-á alguma convergência entre o envolvimento dos cidadãos naquela comunidade e o sentimento de segurança e/ou insegurança? iii) Encontrar-se-á uma predominante existência de laços estabelecidos entre os inquiridos e a sua comunidade?

Desta forma, importa agora analisar as principais conclusões deste estudo, respondendo às questões centrais de investigação supracitadas.

Relativamente à primeira questão, o sentimento de insegurança apresentado pelos inquiridos provém maioritariamente da presença de crime. Assim como, uma parte considerável da amostra sente segurança por haver pouca ou nenhuma criminalidade. Desta forma, o sentimento de segurança e/ou insegurança está relacionado com a criminalidade existente/presença de crime. É também interessante perceber que, mesmo a maioria dos participantes ter tido uma percepção do aumento do crime e, por sua vez, considerar haver uma maior presença de crime na área de residência/trabalho/ensino, uma grande parte da amostra continua a sentir-se segura naquela área.

Quanto à segunda questão [recorde-se: ii) Encontrar-se-á alguma convergência entre o envolvimento dos cidadãos naquela comunidade e o sentimento de segurança e/ou insegurança?], foi possível verificar que, quando existe um maior sentimento de pertença e ligação à comunidade, a tendência é de haver um aumento dos sentimentos de segurança. Dos resultados que se obteve, entendeu-se que, por norma, os inquiridos sentiam mais segurança na sua área de residência, comparativamente a outras áreas da cidade ou do país. Esta segurança advém da familiaridade com o local onde vivem e, por sua vez, da ligação que têm com os seus vizinhos.

No que diz respeito à terceira questão [relembre-se: iii) Encontrar-se-á uma predominante existência de laços estabelecidos entre os inquiridos e a sua comunidade?], a maioria

destes participantes demonstraram ter uma ligação à sua comunidade, sendo essa a justificação mais usada pela amostra, quando questionados acerca da sua força de ligação à área de residência/trabalho/ensino e, por sua vez à comunidade daquela área.

Respondidas que foram as questões centrais de investigação, impõe-se que analisemos a forma como os nossos objetivos foram alcançados.

Assim, importa agora recordá-los: i) Compilar sistemática e organizadamente as publicações científicas referentes ao tema da (in)segurança; ii) Averiguar a existência de eventuais con/divergências entre crime temido e efetivamente ocorrente de acordo com a população local; iii) Identificar o sentimento de segurança e/ou insegurança destes cidadãos; iv) Identificar o laço estabelecido entre os cidadãos e a comunidade de pertença; v) Perceber se existe alguma ligação entre a percepção de segurança e/ou insegurança e o envolvimento comunitário.

A respeito do primeiro objetivo deste estudo, foi possível compilar diversos estudos sobre a temática da (in)segurança e do envolvimento comunitário. Estes estudos eram bastante diversificados, com amostras de diferentes países, o que permitiu conhecer múltiplas perspetivas, sobre este tema, de muitas pessoas de vários cantos do mundo.

Em relação ao segundo objetivo [recorde-se: ii) Averiguar a existência de eventuais con/divergências entre crime temido e efetivamente ocorrente de acordo com a população local], verifica-se que, no geral, existiu uma convergência entre os crimes mais temidos e os crimes mais frequentemente observados pela população. Contudo, houve uma divergência em relação ao crime mais temido e ao crime percebido, pela população inquirida, como o mais ocorrente.

No que concerne ao terceiro objetivo [relembre-se: iii) Identificar o sentimento de segurança e/ou insegurança destes cidadãos], foi possível concluir que grande parte da população que residia, trabalhava ou estudava no Funchal sentia-se segura. Quando estes cidadãos foram questionados sobre a segurança na área que residiam, trabalhavam ou estudavam, 83.3% respondeu que a área era segura. Verificou-se também que 67.1% da amostra considerou que houve um aumento da criminalidade, o que nos mostra que,

apesar da criminalidade ter aumentado, a maioria destes cidadãos continuou a sentir segurança naquela área.

No que toca ao quarto objetivo [reveja: iv) Identificar o laço estabelecido entre os cidadãos e a comunidade de pertença], uma boa parte da amostra apresenta ter laços à sua comunidade, pois, quando questionados acerca da força de ligação ao local de residência, trabalho ou escola, 37.8% sentia uma ligação muito forte e 45.1% sentia uma ligação forte e, quando explicaram essa ligação, 23.1% respondeu que sentia essa ligação por gosto, orgulho ou pertença comunitária, enquanto 21.2% afirmou ter nascido/criado ali ou ter laços familiares. Assim sendo, quase metade da população afirmou que a sua ligação ao seu local de residência, trabalho ou ensino, era derivada dos laços estabelecidos com aquela comunidade.

Acerca do quinto e último objetivo [recorde-se: v) Perceber se existe alguma ligação entre a percepção de segurança e/ou insegurança e o envolvimento comunitário], diversos estudos da revisão sistemática da literatura, mostraram que a população, quanto mais envolvida estava na sua comunidade, mais segurança sentia. Dos dados obtidos neste estudo, foi possível constatar que a generalidade dos participantes tinha uma percepção de segurança na zona de residência, trabalho ou local de ensino. Foi também possível perceber que quase 50% da população inquirida sentia uma ligação forte ou muito forte àquele local devido à ligação à sua comunidade, o que poderá significar que estes estão envolvidos nessa comunidade. Posto isto, quando os indivíduos têm algum tipo de ligação com a comunidade de pertença, estão mais propícios a sentir segurança naquela área.

Desta forma, pode-se concluir que o estudo permitiu alcançar os objetivos inicialmente traçados, assim como responder às questões centrais de investigação.

Através deste estudo, percebeu-se que há uma necessidade de se repetir este tipo de análises e, porque não, tentar até uma análise conjunta dos resultados com as autoridades locais. Evidentemente, antes de serem implementados programas de prevenção criminal, e até modelos de policiamento mais focados localmente, atendendo a cada comunidade específica, impõem-se análises de avaliação comunitária que incluam estes diagnósticos, para que haja adaptação local de tais medidas. Igualmente importante é que, após a implementação daquelas, e decorrido algum tempo, se repitam tais avaliações, a fim de

apurar a eficácia de programas preventivos e/ou modalidades de policiamento. Seria também interessante haver uma articulação conjunta entre as diferentes juntas de freguesia da cidade do Funchal, de forma a que possam criar programas de envolvimento comunitário, para que a população local se aproxime, se conheça e crie laços entre si. Desta forma, poderão ser criados alguns convívios, por exemplo, que tenham esse propósito. Estes programas poderão também incentivar os cidadãos a colaborem com as forças de segurança e a contribuírem ativamente na criação de programas de prevenção criminal, através da participação em investigações como a do presente estudo. Assim, este tipo de investigação, permitirá aumentar a sensação de segurança da comunidade, responder às preocupações da mesma e aumentar a coesão social dos habitantes da cidade.

Referências

- Allik, M. e Kearns, A. (2016). “There goes the fear”: Feelings of safety at home and in the neighborhood: The role of personal, social, and service factors. *Journal of Community Psychology*, vol. 45, n.º 4, pp. 543-563.
- Benevides, T., et alii. (2021). Impressões sobre Segurança: Perspectiva dos soteropolitanos em relação à segurança dos seus bairros. *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais: Avanços e Desafios // Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales: Avances y Desafíos*, pp. 88-95.
- Britto, S. (2011). “Diffuse anxiety”: The role of economic insecurity in predicting fear of crime. *Journal of Crime and Justice*, vol. 36, n.º 1, pp. 18-34.
- Brizola, J. e Fantin, N. (2016). Revisão da Literatura e Revisão Sistemática da Literatura. *Revista de Educação do Vale do Arinos*, vol. 3, n.º 2, pp. 23-39.
- Caliso, R.A., Francisco, J.P. e Garcia, E.M. (2019). Broad insecurity and perceived victimization risk. *Journal of Interdisciplinary Economics*, vol. 32, n.º 2, pp. 160-179.
- Choi, K. e Lee, J. (2014). Citizen participation in Community Safety: A Comparative Study of community policing in South Korea and the UK. *Policing and Society*, vol. 26, n.º 2, pp. 165-184.
- Conselho Superior de Segurança Interna. (2023). *Relatório Anual de Segurança Interna 2022*.
- Cordeiro, A.M. et alii. (2007). Revisão Sistemática: Uma Revisão Narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgias*, vol. 34, n.º 6, pp. 428-431.
- Crespo, P. e Freddy, A. (2019). Las cifras que no se ven: Victimization, percepción de seguridad y miedo al delito en tres municipios del estado Mérida. *Provincia*, n.º 39, pp. 95-136.

- De-la-Torre-Ugarte-Guanilo, M.C., Takahashi, R.F. e Bertolozzi, M.R. (2011). Revisão Sistemática: Noções Gerais. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, vol. 45, n.º 5, pp. 1260-1266.
- Donato, H. e Donato, M. (2019). Etapas na Condução de Uma Revisão Sistemática. *Acta Médica Portuguesa*, vol. 32, n.º 3, pp. 227-235.
- Farias, A.M.G. *et alii*. (2018). Definition of strategies for crime prevention and combat using fuzzy clustering and formal concept analysis. *International Journal of Uncertainty, Fuzziness and Knowledge-Based Systems*, vol. 26, n.º 3, pp. 429-452.
- Ferretti, F., Pozza, A. e Coluccia, A. (2018). Urban safety: A re-reading of the sense of unsafety through individual and ecological dimensions. *European Journal of Criminology*, vol. 16, n.º 2, pp. 188-209.
- Focás, B. (2021). Clivajes identitarios, inseguridad y medios: una mirada intergeneracional. *Espacio Abierto*, vol. 30, n.º 4, pp. 226-243.
- Hernández-Rodríguez, A. A., Argüelles-Pascual, V. e Palacios, R.H. (2021). Métodos empíricos de la investigación. *Ciencia Huasteca Boletín Científico de la Escuela Superior de Huejutla*, vol. 9, n.º 17, pp. 33-34.
- Hernández-Romero, H., Rincón, P. e Castro-Alzate, E.S. (2019). Prevalence of victimization and perpetration of sexual aggression in undergraduate students: a systematic review 2008-2018. *Revista Ciencias de la Salud*, vol. 17, n.º 1, pp. 85-107.
- Hinkle, J.C. (2014). Emotional fear of crime vs. perceived safety and risk: Implications for measuring “fear” and testing the Broken Windows Thesis. *American Journal of Criminal Justice*, vol. 40, n.º 1, pp. 147-168.
- Instituto Nacional de Estatística. (2023). Crimes registados pelas autoridades policiais por Localização geográfica e Categoria de crime (2022). [Em linha]. Disponível em:

<https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0008073&selTab=tab0>. [Consultado em julho de 2023].

Instituto Nacional de Estatística. (2022). *Censos - Resultados definitivos. Portugal - 2021*.

Layera, M.L., Otero, G. e Perret, V. (2020). Inseguridad Percibida en los Barrios de Santiago de Chile: La importancia del bienestar subjetivo. *Dados*, vol. 63, n.º 1, pp. 1-35.

Lees, A. e Korsell, L. (2021). Redes de Prevenção Criminal: O Exemplo da Suécia. In: Nunes, L. M., et alii. *Manual de Criminologia*. Lisboa, PACTOR, pp. 157-164.

Leverentz, A., Pittman, A. e Skinnon, J. (2018). Place and perception: Constructions of community and safety across neighborhoods and residents. *City & Community*, vol. 17, n.º 4, pp. 972-995.

Lo, T.-Y., et alii. (2022). Community policing, social capital, and residents' feelings of safety in Taiwan. *Police Practice and Research*, vol. 24, n.º 1, pp. 90-108.

Manual de Diagnósticos Locais de Segurança – Uma Compilação de Normas e Práticas Internacionais. (2009). Lisboa, Ministério da Administração Interna - Direcção-Geral de Administração Interna.

Martínez, M.L.G. e Jang, H. (2019). Confianza, victimización y desorden en la percepción de inseguridad en los Mexicanos. *PSICUMEX*, vol. 9, n.º 1, pp. 1-17.

Martinez, A.M.B. (2020). Identificación y Análisis de los factores explicativos de la Percepción de inseguridad en Colombia en 2016. *Análisis Jurídico-Político*, vol. 2, n.º 3, pp. 229-256.

Nakamura, H. e Managi, S. (2020). Why does perceive safety endure in crime hotspots? case of Delhi. *Safer Communities*, vol. 19, n.º 4, pp. 183-198.

- Narváez, D.A. (2020). Preocupación por el Delito en territorios seguros: Un estudio exploratorio sobre Seguridad Subjetiva en Quito, Ecuador. *Boletín Criminológico*, n.º 198, pp. 1-31.
- Nunes, L.M. et alii. (2018). Segurança e Vitimação Entre Estudantes Universitários Na Cidade do Porto. *Análise Psicológica*, vol. 36, n.º 2, pp. 169-183.
- Nunes, L.M., Sani, A. e Dinis, M.A.P. (2020). Diagnósticos locais de segurança no centro da cidade do Porto - Uma aposta no contexto da Psicologia Policial. *PSICOLOGIA*, vol. 34, n.º 1, pp. 261-267.
- Okunola, S. e Amole, D. (2012). Perception of safety, social participation and vulnerability in an urban neighbourhood, Lagos, Nigeria. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, vol. 35, pp. 505-513.
- Page, M.J. et alii. (2021). Prisma 2020 explanation and elaboration: Updated guidance and exemplars for reporting systematic reviews, *BMJ*, vol. 372, n.º 160.
- Plant, J.B. e Scott, M.S. (2009). *Effective policing and crime prevention: A problem-oriented guide for mayors, City Managers, and county executives*. Washington, D.C., U.S. Dept. of Justice, Office of Community Oriented Policing Services.
- Plassa, W. e Cunha, M.S. (2016). Sensação de Insegurança Pública no Brasil: Análise Estrutural Das vulnerabilidades e do Efeito da Vitimização Direta. *Economic Analysis of Law Review*, vol. 7, n.º1, pp. 266-290.
- Putrik, P. et alii. (2019). Assessing the role of criminality in neighbourhood safety feelings and self-reported health: Results from a cross-sectional study in a Dutch municipality. *BMC Public Health*, vol. 19, n.º 1, pp. 1-12.
- Ratnayake, R. (2017). Sense of safety in public spaces: University student safety experiences in an Australian regional city. *Rural Society*, vol. 26, n.º 1, pp. 69-84

- Recasens, A., et alii. (2013). Urban security in southern Europe. *European Journal of Criminology*, vol. 10, n.º 3, pp. 368-382.
- Recasens, A. (2016). Segurança. In: Maia, R., et alii. *Dicionário Crime, Justiça e Sociedade*. Lisboa, Edições Sílabo, pp. 438-440.
- Reid, I.D. et alii. (2020). Developing a model of perceptions of security and insecurity in the context of crime. *Psychiatry, Psychology and Law*, vol. 27, n.º 4, pp. 620-636.
- Reidy, M. e Mercier, L. (2003). A triangulação. In: Fortin, M. (Ed.). *O processo de investigação: da concepção à realização*. 3.ª Edição. Loures, Lusociência, pp. 321-328.
- Ricardo, C.M. e Caruso, H.G.C. (2007). Segurança pública: um desafio para os municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, edição 1, pp. 102-119.
- Reyes, A.L. (2021). Inseguridad Urbana, Participación Ciudadana y Cuidado vecinal: La Búsqueda por protección en los barrios. *Revista INVI*, vol. 36, n.º 102, pp. 302-327.
- Sánchez, J.L.T. (2017). Percepción de inseguridad en Polígonos Geográficos prioritarios en Acapulco. *Espiral estudios sobre Estado y sociedad*, vol. 24, n.º 70, pp. 221-249.
- Sánchez, J.L.T. (2021). Percepción de inseguridad, Temor al delito y medidas de autoprotección: El Caso de Acapulco, Guerrero. *Nóesis. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, vol. 30, n.º 60, pp. 166-190.
- Sani, A. e Nunes, L.M. (2013a). *Crime e Vitimação – Polícia e Análise das Comunidades Urbanas*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sani, A. e Nunes, L. (2013b). Questionário de diagnóstico local de segurança: Estudo numa comunidade urbana. *Análise Psicológica*, vol. 31, n.º 2, pp. 185-195.

- Sani, A. e Nunes, L.M. (2016). Diagnóstico de Seguridad/Inseguridad. Un estudio exploratorio en una comunidad Urbana. *Anuario de Psicología Jurídica*, vol. 26, n.º 1, pp. 102-106.
- Sani, A.I. e Nunes, L.M. (2022). Relatório de Diagnóstico Local de Segurança – Estudo Exploratório do Funchal. [Em linha]. Disponível em: <<https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/11135>>.
- Santos, A.P. e Gomes, A.O. (2021). Desempenho de organizações policiais: revisão sistemática da literatura. *Revista do Serviço Público*, vol. 72, n.º 1, pp. 262-291.
- Sampaio, R.F. e Mancini, M.C. (2007). Estudos de Revisão Sistemática: Um guia para síntese criteriosa da Evidência Científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, vol. 11, n.º 1, pp.83-89.
- Simões, H., et alii. (2021). As artes marciais e os desportos de combate e o bullying: uma revisão sistemática. *Retos*, vol. 39, pp.834-843.
- Sutton, A., et alii. (2021). *Crime prevention: Principles, Perspectives and Practices*. Cambridge University Press, 3.ª Edição.
- Temelová, J., Novák, J. e Jíchová, J. (2016). Safe life in the suburbs? crime and perceptions of safety in new residential developments in Prague’s hinterland, Czech Republic1. *European Urban and Regional Studies*, vol. 23, n.º 4, pp. 677-696.
- Valente, R. e Vacchiano, M. (2020). Determinants of the fear of crime in Argentina and Brazil: A cross-country comparison of non-criminal and environmental factors affecting feelings of insecurity. *Social Indicators Research*, vol. 154, n.º 3, pp. 1077-1096.
- Valera, S. e Guàrdia, J. (2014). Perceived insecurity and fear of crime in a city with low-crime rates. *Journal of Environmental Psychology*, vol. 38, pp. 195-205.